

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

RENATO SILVA SANTANA JUNIOR

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA BUSCA PELA ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA  
NO BRASIL  
PLANOS CRUZADOS AO PLANO REAL**

UBERLÂNDIA  
JUNHO/2019

RENATO SILVA SANTANA JUNIOR

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA BUSCA PELA ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA  
NO BRASIL**

**PLANOS CRUZADOS AO PLANO REAL**

Monografia apresentada ao instituto de história da  
Universidade Federal de Uberlândia, como pré-  
requisito para obtenção do grau de licenciatura e  
bacharel em história.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

UBERLÂNDIA

JUNHO/2019

RENATO SILVA SANTANA JUNIOR

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA BUSCA PELA ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA  
NO BRASIL**

**PLANOS CRUZADOS AO PLANO REAL**

BANCA EXAMINADORA

---

ORIENTADOR PROF. DR. SERGIO PAULO MORAES

---

EXAMINADORA PROFESSORA MESTRA MARIANE GOMES PEREIRA

---

EXAMINADORA PROFESSORA JACIONE APARECIDA CABRAL RESENDE

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo agradeço a Deus, pois sem ele, com certeza eu não estaria aqui hoje.

Dedico esse trabalho a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram chegar até aqui, especialmente ao meu Pai, por ter me ensinado que tudo na vida tem uma “ciência”, a minha mãe, por ser meu exemplo de bondade e sabedoria, meus irmãos por acreditarem que eu seria capaz e ao meu cunhado pela ajuda nos momentos que eu precisei.

Minha esposa, minha vida, por ter-me trago de volta daqueles momentos em que, nem eu acreditava ser possível voltar, te amo muito minha “Tinha”, obrigado por nunca ter desistido de mim, as minhas “filhotinhas” Amanda e Alice por terem me ensinado o valor de ser pai.

Aos meus amigos, tanto aqueles presentes, quanto aqueles que já se foram, e que são, tão ou mais doidos que eu, sinceramente, muito obrigado por vocês existirem.

Um agradecimento especial aos meus professores, primeiro ao meu orientador por acreditar em mim, muito obrigado Sérgio Paulo por refletir a essência do que é ser professor e a minha eterna professora de história, Ana Maria, culpada por eu gostar tanto de História, com vocês aprendi o verdadeiro significado do que é ensinar.

E por último agradeço a sabedoria sem precedentes que recebi dos meus avós, em especial da minha avó materna, aonde quer a senhora esteja dona Amélia, seu neto chegou lá, muito obrigado por me ensinar que qualquer obstáculo na vida pode ser vencido, com honestidade e perseverança, saiba que, enquanto eu estiver aqui sua memória também estará.

“Não fuja à luta que a vida te propõe, na intimidade de ti mesmo e, atendendo ao trabalho do dia-a-dia, a fim de superá-la, conserva a certeza de que é pelas tuas próprias prestações de serviço ao bem comum que a bênção da vitória te marcará.”

Emmanuel

(Psicografada por Francisco Cândido Xavier – Chico Xavier)

"A inflação aumentou, os juros multiplicaram, só o que não vejo aumentar é o salário do pobre trabalhador".

Rafael Lacerda

## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica, sobre as muitas ocorrências ligadas ao fenômeno do descontrole inflacionário, juntamente com os planos econômicos instaurados no Brasil, após a ditadura militar, iniciando pelo Plano Cruzado, estabelecido no governo de José Sarney, até a chegada do Plano Real, no governo Itamar Franco.

**Palavras Chave:** Inflação, Plano Cruzado, Plano Real.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 01 - A INFLAÇÃO E O PROCESSO INFLACIONÁRIO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Conceitos de Inflação.....	14
1.2 Caso Brasil - A inflação inercial.....	15
1.3 Reflexos das perdas - Os efeitos destrutivos da inflação.....	16
1.4 Correção monetária - O remédio se torna veneno .....	18
<b>CAPÍTULO 02 - A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA.....</b>	<b>20</b>
2.1 Um país dependente - O primeiro choque do petróleo .....	20
2.2 Um país dependente - O segundo choque do petróleo.....	21
2.3 Moratória do México - Restrição do Crédito.....	22
2.4 A tentativa de renegociação – A Negativa do crédito.....	23
<b>CAPÍTULO 03 - A CHEGADA DA DEMOCRACIA E O PERÍODO SARNEY .....</b>	<b>23</b>
3.1 Pós-ditadura – A recém-chegada democracia.....	23
3.2 As primeiras tentativas de controle - Ortodoxia e Heterodoxia.....	24
3.3 Plano Cruzado - A falha da Heterodoxia .....	25
3.4 Plano Cruzado II - A tentativa de reestruturação.....	29
3.5 Os Planos sequentes – Bresser e Verão .....	29
3.6 O aprendizado - Experiência e mudanças no governo Sarney.....	30
<b>CAPÍTULO 04 - A ERA COLLOR E O DESASTRE NA ECONOMIA? .....</b>	<b>33</b>
4.1 O ano de 1989 - O desconhecido Fernando Afonso Collor de Melo.....	33
4.2 Plano Brasil Novo – Planos Collor I e II .....	33
4.3 O impacto da era Collor - a indústria nacional .....	35
4.4 Análises da era Collor.....	36
4.5 Panorama econômico – Antes do Real. ....	36
4.6 Plano Brady - A renegociação da dívida externa.....	38
4.7 Itamar Franco - A república do pão de queijo .....	38

<b>CAPÍTULO 05 - A ECONOMIA REAL</b> .....	<b>40</b>
5.1 O novo ministro da fazenda - A formação da equipe econômica .....	40
5.2 Programa de ação imediata - PAI .....	41
5.3 O limiar da nova Moeda – A implementação da Unidade Real de Valor - URV.....	43
5.4 A estabilização dos preços médios - A terceira via entre a ortodoxia e heterodoxia.....	44
5.5 Trabalhadores - Os salários em vista ao Plano Real .....	46
5.6 Cédulas do Real - A nova face do Brasil .....	47
5.7 O pós-real - A euforia do consumo e as formas de controle.....	48
5.8 O outro lado da moeda - O Crescimento da dívida pública, desemprego e o recesso econômico.....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>SITES CONSULTADOS</b> .....	<b>54</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

Por décadas o Brasil viveu, sem estimativas confiáveis em relação a sua própria economia, não se sabia ao certo, o quanto se gastava, o quanto se arrecadava, o quanto era gasto com os estados, os bancos públicos federais e estaduais, quantos títulos da dívida pública estavam no mercado e quantos outros títulos foram emitidos para que esses primeiros fossem resgatados, enfim, o Brasil, das décadas de 1980 e começo de 1990, vivia um verdadeiro pandemônio econômico, ou estava muito próximo a isso, situação essa, que perdurou até a implantação do plano real no ano de 1994.

Passados vinte e cinco anos da implantação do Real, este trabalho buscará demonstrar quais caminhos foram traçados e percorridos, para que finalmente o país alcançasse sua estabilidade financeira e conseqüentemente sua organização econômica, posteriormente solidificada com a implantação do plano real.

Dividida em cinco capítulos, essa monografia examinará em cada um deles, quais foram os fatores que contribuíram para o agravamento da crise econômico-financeira do Brasil, bem como, as medidas tomadas, por cada governo para que ela fosse sanada.

No primeiro capítulo serão retratados os conceitos de inflação e como ela se estabeleceu como um dos maiores problemas a serem enfrentados no Brasil, que diferentemente de outros países, os quais tomaram medidas severas contra a inflação, muitas vezes com resultados até piores do que o próprio crescimento descontrolado dos preços, no Brasil prevaleceu à infinita e quase inimaginável capacidade do brasileiro de se adaptar as dificuldades, de forma que, foi encontrado um meio de se conviver com os altos índices inflacionários, institui-se assim a correção monetária.

Este método, que a princípio, buscava manter o valor dos títulos públicos atrativos, trazia dentro de seu sistema de compra, uma cláusula que garantia sua correção, com base nos índices de inflação passada, ou seja, ainda que os índices inflacionários registrassem forte alta, estes valores seriam automaticamente aplicados aos títulos adquiridos, de forma a protegê-los da corrosão inflacionária (KANDIR, 1994).

Segundo Kandir (1994), com certeza essa seria uma ideia interessante, e sem comparação por sua efetividade, se não fosse por um pequeno, mas peremptório fator, com a implantação da medida indexatório-corretiva, enraizou-se em todo sistema monetário nacional a chamada memória inflacionária, logo que, com receio das perdas provocadas pela inflação, a

correção monetária, passou da esfera dos títulos públicos, para os aluguéis, depois para os serviços e finalmente chegou aos salários, já na década de 1980, nota-se que praticamente todos os contratos feitos no Brasil, impunham pelo menos uma cláusula de indexação a correção monetária. .

Para se ter uma ideia do quanto esse enraizamento foi prejudicial a economia brasileira, Bresser Pereira (1992), ressalta que, foram necessários mais de oito anos, e nada menos que sete planos econômicos, dentre eles, o Plano Cruzado (Março de 1986), Plano Cruzado 2 (Novembro de 1986), Plano Bresser (Junho de 1987), Plano Verão (Janeiro de 1989), Planos Collor I e II (Março de 1990 e Janeiro de 1991) e Plano Real (Março de 1994)<sup>1</sup>, para que a memória ou a inércia inflacionária, principal causa do desajuste acentuado dos preços, fosse extirpada da economia, todavia, para que esse objetivo fosse cumprido antes passou-se por caminhos bastante tortuosos.

No segundo capítulo, será demonstrado como as crises internacionais, dentre elas a primeira e segunda crises do petróleo afetaram a economia brasileira, altamente dependente do capital estrangeiro. Dentro dessa perspectiva, serão analisados os problemas de uma estrutura fortemente protecionista e a dificuldade de se lidar com problemas políticos, quando eles estão permeados por interesses particulares.

Também serão demonstrados os impactos dessas crises no Brasil, desde a dificuldade em se pagar os dividendos da dívida externa, até o pedido de moratória do México, que definitivamente fechou as portas dos empréstimos para quase toda América Latina.

O terceiro capítulo, será reservado a explanação dos caminhos e dos fatores econômico-sociais ligados a chegada da democracia, desde a implantação do plano cruzado, como a primeira tentativa de controle da inflação, pós ditadura e como ele serviu futuramente como rica experiência, apesar de seu fracasso.

Dentre estes caminhos trilhados pela jovem democracia, está a morte de Tancredo Neves, que Souza (2019) descreve como uma reviravolta no processo de redemocratização do Brasil, tendo em vista a posse de um vice-presidente, José Sarney, pouco conhecido fora do estado do Maranhão, e que ainda carregava consigo o receio da população, pois, fazia parte da antiga Aliança Renovadora Nacional - Arena<sup>2</sup>, conhecida por ser o partido dos militares, e foi

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/documento/250-> Acesso em 11/06/2019

<sup>2</sup> Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/jose-sarney.htm>. - Acesso em 11/06/2019.

em meio a essa agitação, que o novo governo assumia a difícil missão de derrubar o “dragão” da inflação.

No ano de 1986, é lançado o plano Cruzado, carregado de medidas intervencionistas, dentre elas, o famigerado congelamento compulsório dos preços e a chamada ao povo para fiscalizá-los, movimento que ficou conhecido como os fiscais do Sarney. Filgueiras (2006) ressalta que inicialmente o plano cruzado alcançou um enorme sucesso, movimentando a economia e trazendo a opinião pública em favor do novo presidente, efetivando-o e proporcionando o início das reformas necessárias.

Contudo, devido ao conturbado contexto econômico mundial, a forte influência dos interesses particulares por sobre os políticos, dentre outras manobras falhas, o plano findou com uma das maiores taxas de inflação já vistas no Brasil<sup>3</sup>.

Por outro lado, neste período importantes conquistas foram alcançadas, dentre elas, o começo da organização econômica e financeira do Estado, com a criação de mecanismos regulatórios, caracterização do papel do banco central do Brasil, fim da conta movimento, dentre outras medidas que serão vistas mais adiante.

Já no quarto capítulo, lançar-se-á o olhar para década de 1990, quando chega ao fim a era Sarney, deixando para seu sucessor, um alto índice de rejeição superando os 50% (cinquenta por cento)<sup>4</sup> e uma inflação acumulada de nada menos que 1.9723,91% (Um mil novecentos e vinte e três e noventa e um por cento)<sup>5</sup>.

Após duas décadas de ditadura, é eleito através de eleição direta, o desconhecido Fernando Collor, surpreendentemente, o jovem candidato ofuscou velhos conhecidos da política brasileira, dentre Paulo Maluf, Leonel Brizola, Ulysses Guimarães e o sindicalista Luiz Inácio (Lula), com seu jeito de “cabra macho”, o novo candidato, trazia consigo a imagem do salvador do Brasil, utilizando-se bastante do jargão que iria derrubar a inflação com um único e certeiro tiro, além da forte propaganda pessoal, se identificando, sempre que podia como o caçador de marajás, Filgueiras (2006), ressalta que “aproveitando-se do aprofundamento da crise econômico-social, Collor apresentou-se com um *outsider* do empresariado, das associações sindicais, da política e dos partidos políticos” (FILGUEIRAS, 2006, p. 85). Após

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.bcb.gov.br> - Acesso 10/05/2019

<sup>4</sup> Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica> - Acesso em 20/01/2019

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> - Acesso em 20/01/2019.

uma acirrada disputa, no segundo turno, com o candidato Lula, do Partido dos Trabalhadores-PT, Fernando Collor se elegeu presidente.

Retomando Filgueiras (2006), o mandato de Collor, se destacou pela radicalização, para com aqueles que fossem contrários às medidas estipuladas, de maneira que, “[...] conduziu um plano de estabilização de forma extremamente autoritária, sem qualquer tipo de negociações com os setores organizados da população, com os quais entrou em conflito desde a campanha eleitoral” (FILGUEIRAS, 2006, p.85).

Com um mandato cheio de controvérsias e marcado pelo autoritarismo econômico junto a medidas impopulares, dentre elas a retenção dos ativos financeiros, popularmente conhecido como o confisco da poupança, serviram de base para que sua popularidade fosse abarcada, e posteriormente relacionada a uma série de escândalos, acabando por culminar num processo de *impeachment*, e a renúncia do presidente, antes do processo terminar.

Ainda dentro deste capítulo, serão demonstrados os problemas recebidos pelo vice-presidente, Itamar Franco, que com a renúncia de Collor, assume a presidência da república, natural de Salvador no estado da Bahia, e mineiro de coração, Itamar representava o oposto de Collor, com jeito reservado e bastante incisivo, foi em seu governo que se estabeleceu a equipe econômica responsável por um dos mais eficazes planos de estabilização já vistos no mundo, o Plano Real (BUENO, 2012).

Uma das provas do jeito incisivo de Itamar está nas palavras do próprio Fernando Henrique, que até então ocupava a pasta do ministério das relações exteriores, em sua obra intitulada “A arte da política – A história que vivi”, lançado pela editora Civilização Brasileira em 2015, o ex-presidente, relembra que foi “Informado [...] de que havia de fato sido nomeado ministro da fazenda, telefonei para o presidente Itamar Franco, que respondeu à minha perplexidade dizendo: Sua nomeação foi bem recebida” (CARDOSO, 2006, p.137).

De personalidade forte, o governo Itamar, provavelmente cedeu ao respeito impetrado a Fernando Henrique, que com seu refinado saber acadêmico, conseguiu juntar uma fantástica equipe econômica, que viria a criar o mais eficiente plano de estabilização já visto no Brasil e no mundo.

Neste capítulo também estão contidas, algumas das medidas que possibilitaram a retomada do crescimento da economia, dentre elas o estabelecimento do plano Brady.

No sexto e último capítulo, será retratada a consolidação do Plano Real, como um dos planos de estabilização econômica de maior sucesso no Brasil. Elaborado por pessoas com ilibado saber econômico e jurídico, a equipe se diferenciava das demais, pois todo o trabalho se baseou na forma acadêmica de pesquisa e implantação das ideias, em que, o desafio era fazer o plano funcionar, ou seja, questões políticas, ainda que, elas ali estivessem, eram deixadas para um segundo plano (CONTO, 2011).

Efetivado no ano de 1994, o plano real, deixa o mundo das ideias, para tomar forma, neste momento estabeleceu-se que sua implantação ocorria em três fases, a primeira relacionada ao ajuste econômico, passando pela implantação da genial, Unidade Real de Valor – URV, que conseguiu quebrar a inércia inflacionária, chegando finalmente ao lançamento propriamente dito do plano, em que a URV, deixaria seu caráter virtual e se tornaria a forma física da moeda.

Claro que houveram momentos de bastante turbulência para o novo plano econômico, como o crescente nível de desemprego e o desajustamento das contas internas e externas, porém também é inegável que seus ganhos foram muito além dos seus percalços, pois mesmo com todas as falhas foi justamente o plano real que concedeu ao brasileiro, principalmente àqueles das camadas mais pobres, o direito de não ter a obrigação de acordar de manhã para conseguir os melhores preços no supermercado, antes que seus rendimentos fossem consumidos pela inflação, enfim, com o estabelecimento do plano real o Brasil podia voltar a sonhar.

## **CAPÍTULO 01 - A INFLAÇÃO E O PROCESSO INFLACIONÁRIO**

### **1.1 Conceitos de Inflação**

Pinho (2004) define a inflação como um aumento geral e contínuo dos preços, desregulando-os de forma que seu avanço se dá em toda a esfera produtiva. Já em Sachs (2000) a inflação ocorre devido à alteração brusca do percentual dos preços de bens internos e externos, levando a disparidade entre os valores reais e os valores inflacionados.

Observadas essas definições podemos entender a inflação como um crescimento predatório a moeda, atacando-a e posteriormente corrompendo um dos seus referenciais, seja sua unidade de valor, reserva de conta ou valor de troca.

Por ser um assunto bastante comum, principalmente a nós brasileiros que vivemos as décadas de 80 e 90, acho importante reforçar que as definições de inflação contidas no senso comum, dentre elas, que qualquer aumento isolado de preços pode ser considerado inflação, não corresponde ao conceito histórico econômico, ou seja, somente pode ser classificado como processo inflacionário a conjuntura em que há aumento geral e constante dos preços atingindo toda a economia. Aproximando de Pinho (2004), o aumento isolado, de um produto, como recentemente aconteceu com o preço do feijão, não é um processo inflacionário, pois a redução da oferta e conseqüentemente o aumento do seu valor agregado, se deu por motivos climáticos, que após cessados, ocasionará na retomada da produção e conseqüentemente a redução dos preços pelo próprio mercado.

Explanadas as diferenças entre o aumento de preço e o processo inflacionário, verifiquemos agora os dois tipos mais comuns de inflação, cito os mais comuns, pois dentro das variáveis inflacionárias existem outros conceitos embutidos, os quais não retratarei, não por julgá-los menos importante, mas sim porque tornaria este trabalho demasiadamente extenso fugindo ao foco principal que foi escalada até o controle da inflação com o lançamento do plano Real.

No primeiro caso temos a inflação de demanda, provocada pela disparidade entre uma forte demanda e uma oferta reduzida o que inicia um processo inflacionário. Neste aspecto a produção local, não atende à demanda da população, levando ao aumento generalizado, que na expectativa de maiores lucros, tem o valor de procura embutido em seu preço.

Um exemplo clássico de inflação de demanda, foi visto no período de instalação do plano cruzado, após lançar mão do congelamento dos preços, e efetuar um aumento real dos

salários, incentivou o consumo, pressionando a frágil indústria brasileira, que não suportou a demanda, resultando no desabastecimento e num novo ciclo inflacionário.

Normalmente este tipo de inflação é encontrada nas economias em crescimento ou pré-aquecidas, em que existe uma maior facilidade de acesso aos meios de pagamento e uma boa oferta de emprego, contrastando com a ineficiente realidade industrial, enfim, a causa motriz da inflação de demanda pode ser explicada pelo fato de que, o crescimento econômico não é proporcional ao crescimento produtivo, ou seja, “muito dinheiro em circulação” e “pouco produto para ser comprado” elevando exponencialmente o valor agregado ao produto disponível.

O segundo tipo de inflação mais comum é conhecida como inflação de custos, diferentemente do primeiro tipo, sua causa não deriva da falta de produtos ou pelo excesso de demanda, mas sim, pelo substancial aumento do valor das matérias primas essenciais ao funcionamento do país. Nesta vertente, podemos citar o aumento vultoso do preço petróleo, ocorrido na década de 70, em que o preço do barril praticamente quadruplicou.

A inflação de custos pode ser melhor percebida no Brasil, na década de 1970, com o primeiro e segundo choque do petróleo, por ser um produto de primeira utilidade, e com produção bastante concentrada, os custos de importação se elevaram de tal maneira que causou um efeito cascata, com o aumento geral dos preços, não só no Brasil, mas em todo mundo.

## **1.2 Caso Brasil - A inflação inercial**

É evidente que a inflação generalizada, tem o poder destrutivo proporcional à fragilidade da moeda que é atacada, entretanto, no Brasil essa destruição só não foi maior devido às barreiras impostas, buscando amenizar os efeitos colaterais da doença inflacionária, que serão melhor explicados nos capítulos próximos, paradoxalmente, essas barreiras evitavam o transbordo do processo inflacionário tanto quanto criava um modelo único de inflação, mais complexo e de difícil dissolução, a inflação inercial.

Castro (2011) refere-se à inflação inercial como um tipo de inflação que se auto alimenta, pois se utiliza de uma memória inflacionária, em que, os índices de uma inflação passada, servem de vetores para novos reajustes, processo esse, realizado através de um complexo esquema de indexação, curiosamente essa indexação serve como moderadora para do crescimento inflacionário, mas também barra o funcionamento pleno de qualquer tipo de mecanismo de estabilização.

Numa economia indexada, a tendência inflacionária torna-se a própria inflação do período anterior e pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (choques agrícolas, choque do petróleo e etc.) ou de choques de demanda (causados por um descontrole fiscal, por exemplo). (CASTRO, 2011, p.105)

Dentro deste contexto, acerca do controle da inflação, através de sistemas indexatórios, me faculto a fazer uma analogia ao sistema médico, em que um paciente chega ao hospital reclamando de fortes dores de cabeça, como o hospital não dispõe da modernidade e dos recursos para um exame mais preciso, para aliviar-lhe as dores é administrado um analgésico, deixando o problema principal sem solução. Ao trazer essa analogia ao conceito histórico econômico, o paciente é o país que vive um sistema super inflacionário, como não dispõe da modernidade necessária para resolver o problema, cria-se uma forma de amenizá-los, neste caso com a correção monetária, deixando de lado suas causas e remediando seus efeitos.

### 1.3 Reflexos das perdas - Os efeitos destrutivos da inflação

Inquestionavelmente, os efeitos da inflação sobre a economia são desastrosos, principalmente quando seu ápice é atingido chegando a hiperinflação.

Dentro desse modelo, me aproximo de Kandir (1994), quando o autor ressalta que o Brasil não chegou a experimentar o estágio hiperinflacionário, momento em que a inflação corrompe de forma total as três funções da moeda, logo que, mesmo próximo a um pandemônio econômico, o brasileiro nunca deixou de ter sua moeda como meio de pagamento, inclusive em períodos de altíssima inflação, com percentuais ultrapassando os 2000% a.a<sup>6</sup> a moeda corrente utilizada ainda era a nacional.

Kandir (1994) cita o nosso vizinho comercial, a Argentina, dentre os países que sofreram os efeitos cataclísmicos da hiperinflação, com sua economia totalmente destruída o povo argentino, vivenciou o efeito mais devastador da hiperinflação quando deixou de aceitar sua própria moeda como meio de pagamento.

[...] Os argentinos fugiam de sua moeda como o diabo foge da cruz. A economia entrou em colapso, paralisou-se, pois a aceleração da inflação era tal, que praticamente impedia a realização de toda e qualquer transação econômica. Para que se tenha uma idéia (sic) da velocidade de desvalorização e do nível de rejeição que a moeda nacional argentina chegou a despertar, os engraxates em Bueno Aires concentravam-se nas vizinhanças de bancos e casas de câmbio, de tal modo a poder trocar por dólar, sem demora, o dinheiro que recebiam dos fregueses. (KANDIR, 1994, p.13)

---

<sup>6</sup> O período citado corresponde ao ano de 1993, em que a Inflação IPCA chegou ao patamar de 2.477,15%. **Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC). **Disponível em:** <http://www.ipeadata.gov.br/> - Acesso em 21/02/2019.

Em oposição ao que aconteceu na Argentina, a moeda brasileira nunca deixou de ser aceita como meio de pagamento, inclusive percebia-se por parte da população uma relutância ao dólar, sustentando a referência da moeda nacional, dessa maneira, pode-se considerar que o Brasil esteve sim muito próximo ao processo hiperinflacionário, todavia, este não ocorreu devido ao protagonismo e o orgulho do povo brasileiro.

Contidos nesta espiral predatória, os trabalhadores assalariados eram os mais vulneráveis aos efeitos da inflação descontrolada, logo que, boa parte deles sequer tinha acesso às contas bancárias, quiçá meios de investimentos com algum indexador de forma a proteger seus salários. Para se ter uma ideia de quão agressivos eram os efeitos da inflação por sobre seus rendimentos que na década de 1980 a melhor forma do trabalhador se proteger da inflação era ir imediatamente ao supermercado, levando consigo a família, na tentativa de escapar da remarcação preventiva dos preços<sup>7</sup>.

Kandir (1994) ilustra esses efeitos fazendo uma analogia a criação de dois tipos de moeda, a primeira delas, pertencente àqueles com condições de investir em algum tipo de fundo, como o Fundo de Aplicação Financeira – FAF<sup>8</sup>, de forma que, seus rendimentos fossem corrigidos por algum tipo de indexador, de forma que as perdas no rendimento não se mostrassem tão severas, ainda que ocorressem; do outro lado, observa-se a moeda do pobre, que sem acesso à proteção fornecida pela indexação, carrega consigo os efeitos predatórios da inflação, dentre eles uma dupla desvalorização, primeiro pela defasagem diária, o segundo com a remarcação preventiva dos preços, evidenciando-se quem são os maiores atingidos pela inflação.

O governo também não passava incólume à inflação, vez que, os produtos e os serviços prestados por eles também sofriam com a defasagem, devido sua sistêmica ineficiência, ele não era capaz de programar e acionar medidas de recolhimento eficientes, conseqüentemente os atrasos constantes no pagamento impostos, seguramente ocasionava déficit nas contas públicas.

Por fim notamos que na espiral inflacionária, não existem ganhadores, ainda que se observe inicialmente lucros devido a especulação ou concentração de renda por parte de uma

---

<sup>7</sup> Devido à perspectiva inflacionária, era comum a remarcação de preços, sem um motivo específico, maiores detalhes em **KANDIR**, Antonio, Brasil Real, A construção da cidadania, da moeda e do desenvolvimento, Klick, São Paulo (1994).

<sup>8</sup> Fundo de Aplicação Financeira, criado no governo Collor, tinha como objetivo substituir outros fundos, entre eles o overnight. **Fonte:** Banco Central do Brasil. **Disponível em:** <https://www.bcb.gov.br/> - Acesso em 20/11/2018.

minoria, mais tarde sofrem com as perdas acentuadas e agressivas da desestabilização econômica, ou seja, em uma economia inflacionária só existem falsos ganhadores (Kandir 1994).

#### **1.4 Correção monetária - O remédio se torna veneno**

Uma das características mais marcantes do povo brasileiro é a sua capacidade de adaptação, seja qual for a situação ou ambiente, dessa forma, a convivência por mais duas décadas sob as altas taxas de inflação, levaram a criação de um engenhoso mecanismo adaptativo, a correção monetária.

Implantada dentro do governo militar, a correção monetária, buscava dar atratividade aos títulos públicos, atrelando-os a índices de uma inflação passada, mantendo seus rendimentos protegidos da corrosão inflacionária. Segundo Leitão (2011) a aplicação do remédio da correção monetária foi espetacular, e funcionou muito bem, porém, até demais, pois, ao mesmo tempo em que criou um mecanismo muito eficiente para se lidar com a inflação, também a espalhou por toda a economia. Um dos fatores, foi a ilusão de seguridade em relação às perdas, criando-se a expectativa que, um contrato indexado, não seria afetado pela corrosão inflacionária, pouco tempo depois todo e qualquer contrato era confeccionado levando em conta algum tipo de indexador, começando pelos aluguéis e finalmente chegando ao termômetro da economia, o salário.

O desafio era acabar com a correção monetária que, pensada no começo do regime militar como remédio, tinha virado veneno. A correção monetária entrou no organismo brasileiro, mudou a natureza da economia e construiu mecanismos adaptativos que tornavam ainda mais rígida a inflação brasileira, invulnerável aos remédios convencionais. (LEITÃO, 2011, p.20)

Continuando em Leitão (2011), um dos problemas de uma economia indexada, é a dificuldade em se trabalhar com a estabilização dos preços, visto que, a memória inflacionária é ativa dentro do próprio sistema, preconizando a expectativa de aumentos e acentuando o medo das perdas, demandando prazos de correção cada vez mais curtos, além de tentar barrar todo e qualquer mecanismo de estabilização, pois os enxerga como perda, e é neste momento que o remédio se torna veneno.

De modo simples, podemos pensar uma economia indexada como um círculo dividido em várias partes, de modo que a unidade é ilusória, pois cada qual, busca garantir ou manter seus ganhos, de forma que em uma negociação sindical organizada, é conseguido um aumento salarial de 10%, com base nos índices da inflação passada, o empresário descontente com a

perda dos seus ganhos, trata de embutir um aumento de 15% em seus produtos, reduzindo o poder de compra do assalariado que voltará ao ponto de partida inercial .

Por outro lado destaca-se que a ineficiência do Estado em gerir suas contas como outro grande causador do círculo inflacionário, como não consegue se financiar através do recolhimento de impostos ou por crédito exterior, ele lança mão da venda de títulos públicos, com cada vez mais frequência e com maior liquidez, aproveitando-se da inflação, para gerar interesse na compra, todavia, como não dispõe da organização necessária para se equilibrar financeiramente, novamente ele se vê forçado a lançar mão de novos títulos, para pagar os anteriores, só que desta vez com maior rentabilidade e com menor prazo para resgate.

Concluindo esta etapa, nota-se que a indexação iniciada no período ditatorial, se enraizou de forma tão acentuada, que praticamente todos os segmentos da economia, tinham seus contratos indexados por algum indicador, causando um tipo de efeito cascata, pois a medida que os títulos públicos ofereciam maior liquidez no menor tempo de resgate, também se iniciava a pressão para que outros contratos pudessem ter o mesmo reajuste, chegando a tal ponto que Giambiagi (2011), ilustra que uma correção antes anual, passa a ser semestral, mensal, semanal chegando a ser diária, reforçando ainda mais a memória inflacionária e dificultando os mecanismos de estabilização econômica.

## **CAPÍTULO 02 - A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA**

### **2.1 Um país dependente - O primeiro choque do petróleo**

Após os esclarecimentos sobre o conceito de inflação e seus efeitos sobre a economia, achei por bem, trazer à tona, ainda que de forma bastante resumida, um dos agravantes, do processo inflacionário do Brasil, a crise da dívida externa, não que a inflação tenha se iniciado neste período, ao contrário disso, ela já era uma velha conhecida, entretanto, foi neste momento histórico econômico, que a dívida externa agravou o problema inflacionário brasileiro.

Giambiagi (2011) traça um panorama no qual, a primeira crise do petróleo, iniciada em outubro de 1973, levou o mundo a um verdadeiro caos recessivo, incluindo o Brasil, que sofreu um sério golpe em seu desenvolvimento, devido a sua dependência do petróleo, e pela precariedade no controle de suas contas.

Ainda dentro da perspectiva de Giambiagi (2011), percebe-se que, um dos motivos que levaram o Brasil a não suportar o custo das importações era a pouca expressividade nas suas exportações, logo que, os produtos exportados não tinham valor agregado que justificasse o aumento de preço, como exemplo a exportação do café, uma maior produtividade não significava maiores lucros, mas, redução de preço ocasionada pela oferta abundante, ou seja, ainda que fossem revendidos em grande quantidade estes produtos não seriam revertidos em grandes dividendos, outro fator preponderante, era a desorganização das contas públicas, que não permitia que fossem planejadas medidas para contenção da crise.

De maneira antagônica, ao problema vivido pelos importadores de petróleo, os exportadores, acumulavam somas absurda de receitas, que mais tarde deram origem a uma verdadeira massificação de empréstimos, os chamados de petrodólares, tomados principalmente pelos países atingidos pelo choque (GIAMBIAGI, 2011).

Neste período sobrara ao Brasil duas opções, a primeira e mais complexa, era organizar suas finanças, adotando uma postura recessiva, com racionamento nas contas públicas e higienização do sistema financeiro, que incluía um impacto social negativo. A segunda e mais simples, a curto prazo, era tomar os empréstimos oferecidos, com um pequeno, mais decisivo detalhe, a imposição de juros flutuantes.

Optando pela segunda opção e financiando-se através do crédito fácil internacional, o Brasil presenciou um crescimento exponencial. “O ingresso de capital estrangeiro nesses países

promoveu forte expansão dos recursos à disposição dos bancos locais, estimulando seu apetite por investimentos de maior risco [...]” (GIAMBIAGI et al. 2011, p. 77).

A entrada desses capitais, oriundos da acumulação dos lucros obtidos pelos países produtores de petróleo, resultou na criação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, o país agora caminhava para o aprimoramento e desenvolvimento de suas indústrias com a implantação da política de substituição de importações. Destaca-se a criação e investimento em inúmeras estatais, dentre elas os setores de siderurgia, petróleo, geração energia, comunicação e combustível, este último com o programa pró álcool (FONSECA E MONTEIRO, 2007)<sup>9</sup>.

Pode-se dizer que apesar dos percalços o Brasil, fez uma boa escolha em optar pelos empréstimos, logo que, os impactos recessivos que seriam causados por uma economia recessiva, com certeza alcançaria dimensões sociais e econômicas muito maiores e mais graves do que os problemas iniciais da dívida externa contraída.

Enfim, a equipe econômica da época soube lidar bem com a crise, ou melhor, a primeira crise do petróleo foi bem administrada, apesar das dificuldades.

## **2.2 Um país dependente - O segundo choque do petróleo.**

Ocorrida em 1979, o segundo choque do petróleo, atinge o Brasil com a balança de pagamentos relativamente estável, no entanto os reflexos da última crise ainda pairavam sobre as finanças brasileiras, ou seja, o Brasil ainda arcava com os juros dos últimos empréstimos (FONSECA E MONTEIRO, 2007).

Sendo assim, enfrentar outra crise de tamanha magnitude em um período curto de tempo, levou o país a uma situação muito delicada, pois teria que recorrer novamente aos empréstimos internacionais, caso pretendesse continuar com o ritmo de crescimento, todavia três grandes problemas embaraçavam as negociações com os credores.

A primeiro refere-se ao segundo choque do petróleo propriamente dito, com o valor quadruplicado do barril, mesmo com as exportações otimizadas, devido ao II PND, os valores arrecadados não supriam a importação de petróleo.

---

<sup>9</sup> Revista de Economia Política, vol. 28, nº 1 (109), pp. 28-46, janeiro-março/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1.pdf> - Acesso em 12/06/2019

O Segundo problema e o endividamento externo contraído ainda no primeiro choque, com o aumento da taxa de juros pelo Banco Central Estadunidense, os custos dos empréstimos cresceram exponencialmente. Já neste momento, percebe-se o crescimento da inflação, resultante do desabastecimento, provocado pela crise das importações.

O terceiro problema, é a restrição de empréstimo pelos bancos credores, provocado pela moratória do México.

### **2.3 Moratória do México - Restrição do Crédito**

Nassif (1986) salienta que o primeiro choque do petróleo, trouxe sérios problemas para os países tomadores de empréstimos dentre eles os países latino americanos, com “a elevação da taxa de juros produziu efeitos imediatos sobre o serviço da dívida. Os juros subiram de maneira astronômica” (NASSIF, 1986, p.48), com isso, os valores a serem pagos e que estavam atrelados a juros flutuantes, chegaram a níveis no qual se tornaram impossíveis de serem saldados.

Já não bastasse o impacto destes eventos, como a alta dos juros, somou-se também, a infelicidade de um período recessivo, em que os países desenvolvidos, dentre eles os Estados Unidos, enfrentavam uma forte alta inflacionária.

O Brasil foi açoitado por dois vendavais, A explosão das taxas de juros internacionais aumentou de imediato, o pagamento de juros; a elevação do dólar dificultou as exportações. E como desgraça pouca é bobagem, o destino ainda tinha que cometer a imensa falseta de nos jogar nas mãos do superministro Delfin Netto. (NASSIF, 1986, p. 49)

Uma das formas de controle encontrada para conter essa alta inflacionária, foi lançada por Paul Volker, presidente do banco central estadunidense, com o aumento dos juros no país na margem de 20%. Este aumento significativo na taxa de juros deliberada pelo tesouro americano acarretou um efeito em cadeia, por sobre a dívida latina americana, conforme visto, os valores a serem pagos chegaram a patamares astronômicos, o que culminou na moratória do México em 23 de agosto de 1982 (NASSIF, 1996).

Iniciava-se um período sombrio por toda a América Latina, devido ao receio de novas moratórias, a comunidade internacional tomou a decisão do bloqueio dos empréstimos, alegando falta de confiabilidade do pagamento.

## **2.4 A tentativa de renegociação – A Negativa do crédito**

Refletida no Brasil, a restrição ao crédito nos levou a em um “beco sem saída”, com as exportações ainda engatinhando, e com o sistema falho de arrecadação de impostos, o capital gerado não cobria nem mesmo os juros da dívida externa, tamanha proporção tomada, obras como a usina de Itaipu, que foram financiadas com o capital estrangeiro se tornaram demasiadamente caras para os cofres nacionais.

No entanto, ainda com esperanças de recuperação do crédito, foram enviadas equipes aos Estados Unidos para tentar negociar a liberação dos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial. A ação foi totalmente infrutífera, já que, os credores não viam no Brasil a confiabilidade necessária, nem mesmo para o pagamento dos juros dos empréstimos efetuados anteriormente, quiçá para novos empréstimos (CONTO, 2011).

Concomitante à crise da dívida externa, a situação inflacionária no Brasil, crescia a taxas cada vez mais rápidas, com a emissão de títulos públicos com prazos indexadores cada vez mais curtos, além de não possuir reservas internacionais, suficientes para se manter.

Advindo desse problema, as importações foram praticamente proibidas, de forma que, toda e qualquer solicitação de importação era engavetada, voltando a produção para indústria nacional, através de medidas protetivas, fato esse que mais a frente se tornará mais um problema para queda da inflação.

Conforme visto em Nassif (1986), nas décadas de 1970 e começo 1980, o Brasil sofreu dois sérios golpes, as duas crises do petróleo em um espaço curto de tempo, além de ter que arcar com os juros flutuantes, impactados diretamente pela política do banco central estadunidense, de controle da inflação, todavia, depois de mais de vinte anos chegava ao fim o período ditatorial, esperava-se agora que com a chegada da democracia, a situação econômica fosse resolvida, mas será que ela conseguiria?

## **CAPÍTULO 03 - A CHEGADA DA DEMOCRACIA E O PERÍODO SARNEY**

### **3.1 Pós-ditadura – A recém-chegada democracia**

Adverso à crise causada pela falência dos Estados Sul Americanos, o Brasil caminhava para o fim do regime ditatorial, com a realização de uma eleição indireta, em que Tancredo Neves foi eleito primeiro presidente civil depois de duas décadas de regime militar.

No entanto, as pilhas de papéis com informações desencontradas e incompletas acerca da economia, demonstravam que a democracia havia recebido em suas mãos, como herança, a ineficácia da administração pública militar, contendo dentre outros problemas a inflação atingindo percentuais maiores que 200% (duzentos por cento) ao ano.<sup>10</sup> Além destes problemas, o destino preparava outra surpresa para a recém-chegada democracia.

### 3.2 As primeiras tentativas de controle - Ortodoxia e Heterodoxia

Mal chegara, e a democracia já sofrera seu primeiro impacto, com a morte de Tancredo Neves, assume seu vice-presidente José Sarney, sem uma articulação política forte e sem o apoio popular, que ainda o via com desconfiança, cabia ao novo presidente escolher as armas para enfrentar o “dragão” da inflação.

Na vertente ortodoxa, cujo problema é visto pelo excesso na emissão da moeda impressa, a inflação deveria ser atacada através de um maior e mais eficiente, controle sobre a quantidade de moeda em circulação. Esta ação seria possível com o aumento das taxas de juros, reduzindo gradativamente os meios de pagamento com a consequente redução do crédito, a manutenção e modernização dos meios de recolhimento de impostos, cessação de investimentos públicos, salvos aqueles estritamente necessários, cortes no funcionalismo público e a redução da participação do Estado na economia, restringindo-se somente ao necessário (FRANCO, 1995).

Em Giambiagi (2011) essa redução do Estado na participação da economia, seria executada através da privatização das empresas públicas, listadas como ineficientes, e que na visão econômica ortodoxa demandam investimentos desnecessários ao governo, dentre elas estavam os setores de comunicação e telefonia, também seriam feitos cortes nos subsídios, que ficariam a cargo de empresas privadas, com isso, se alcançaria o enxugamento da máquina pública com cortes no número de funcionários e por último, além do valor recebido pela venda, contraria-se com um novo dividendo, a arrecadação de impostos.

[...] a causa da inflação brasileira era o excessivo gasto público numa economia em que o Estado crescera demais. Alegava-se que a ineficácia no combate a inflação no início dos anos de 1980 - com a adoção do programa do FMI - não era culpa da terapia, mas sim do modo incompleto e ineficiente com que esta havia sido sempre aplicada no Brasil. De acordo com esses economistas, era preciso promover um “Choque Ortodoxo”. Ou seja, eram precisos severos cortes de gastos, aumento de receitas e

---

<sup>10</sup> **Inflação IPCA:** Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC). **Fonte:** IPEADATA, **Disponível em:** <http://www.ipeadata.gov.br> - Acesso em 10/06/2019.

tributos e corte brusco da emissão de moeda e títulos da dívida. (GIAMBIAGI et. al., 2011, p. 102)

Dessa forma, as medidas ortodoxas quando aplicadas de forma correta, resultam em uma economia financeiramente organizada e balanceada financeiramente, porém, para que estes objetivos sejam alcançados, o Estado passa por um período recessivo que conseqüentemente se reflete em danos sociais. Deixa-se a pergunta no ar, seria um governo frágil, capaz de lidar com o impacto social destas medidas recessivas?

Conquanto os planos ortodoxos viam no excesso de moeda o fator motriz da inflação os planos heterodoxos acreditavam que esse fator não era a causa, mas sim um efeito colateral. Lopes (1988), acreditava-se que o fator inercial levava a debandada da inflação, pois o aumento de preço somente era possível devido a forte memória inflacionária, enraizada na moeda devido a sua indexação, ou seja, como forma de prevenção às perdas os valores eram aumentados, ainda que não existisse motivo para tal aumento.

Conhecidos os problemas, deveriam ser lançadas duas medidas a primeira de combate e a segunda de estabilização, a primeira seria estabelecida através de um pacto compulsório (NASSIF 1986), contrário ao pacto social, o governo se utilizaria do congelamento obrigatório dos preços, para que essa memória inflacionária fosse perdida, já na segunda etapa seria estabelecido uma nova moeda, esta, por vez, visando o fator psicológico da população, retirando-lhes de vez as lembranças e vícios da moeda passada (GIAMBIAGI et. al., 2011)

Resumindo, os princípios heterodoxos buscavam a reorganização financeira do Estado, estabelecendo limites a demanda, através do controle compulsório dos preços e salários de forma que a economia, continuasse a se movimentar fugindo assim do entrave recessivo. Contudo, mesmo com um menor impacto social a heterodoxia não logrou êxito no combate a inflação brasileira, conforme veremos adiante. Novamente fica a pergunta no ar, por qual motivo o governo não conseguiu derrubar a inflação definitivamente?

### **3.3 Plano Cruzado - A falha da Heterodoxia**

Apesar de criticado, o plano econômico idealizado por “Chico Lopes” foi escolhido para barrar o crescimento desenfreado da inflação, uma das justificativas para essa escolha foi à fragilidade do governo Sarney, e por não contar com uma articulação política eficiente, a inserção de medidas recessivas seguramente não seriam aprovadas no congresso, e caso fossem aprovadas, certamente o novo governo não teria capacidade e o apoio necessário para gerir o acentuado impacto social que as medidas recessivas causariam, dentre elas o desemprego.

Lançado em 28 de fevereiro de 1986, o plano cruzado, de acordo com Conto (2011), certamente causou furor e ao mesmo tempo espanto na economia brasileira, pois, estabeleceu o congelamento dos preços e salários, dentre outras medidas. O foco era o combate à inflação, que havia sido diagnosticada como inercial.

O congelamento ocorreu com a fixação de preços que eram praticados no dia 27 de fevereiro de 1986, um dia antes do lançamento do plano, conforme estabelecido no Decreto-Lei N° 2.284, de 10 de março de 1986, que estabeleceu em seu Art. 35 “Ficam congelados todos os preços nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986”. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1989).<sup>11</sup>

Um dos fatores mais polêmicos dessa medida foi a falta de prévio aviso sobre o congelamento, sem sombra de dúvidas quase todos os brasileiros foram pegos de surpresa, apesar da controvérsia da medida, a sua justificativa foi bastante plausível, pois objetivava o impedimento do aumento especulativo dos preços, que teriam seus valores reajustados de forma a compensar as perdas, ainda que elas só existissem no imaginário empresarial. Através desta estratégia buscou o governo atacar diretamente a memória inflacionária, conforme previsto nas ações de choque heterodoxo.

Para que o controle sobre o congelamento fosse efetivo, criou-se a tabela da SUNAB<sup>12</sup>, contendo os valores de referências para as mercadorias, que deveriam ser respeitadas pelos varejistas. Um fato de importante, foi o protagonismo do povo brasileiro, com a chamada pública do governo, para que os cidadãos desempenhem o papel de fiscais do governo garantiu que os preços descritos na tabela fossem realmente cumpridos pelo comércio, caso contrário eles estariam na mira dos fiscais do Sarney.

Atingindo também os salários, o congelamento foi realizado tomando como referência o valor dos últimos seis meses, com acréscimo de 8%, para todos os salários e 15% para o salário mínimo, essa foi a forma, encontrada para amenizar as perdas salariais e reduzir os protestos por parte dos sindicatos, como forma de garantir sucesso do plano, os salários também foram utilizados como âncora inflacionária, freando o consumo demasiado (FILGUEIRAS, 2006). Ainda dentro do contexto salarial, um controverso mecanismo também foi criado, o gatilho salarial, com propósito principal prover a segurança dos rendimentos salariais frente a

---

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/1988-1989/032impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1988-1989/032impresao.htm) - Acesso 13/06/2019

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/1988-1989/032impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1988-1989/032impresao.htm) - Acesso 13/06/2019

inflação, estabelecia que, caso ela ultrapasse a taxa de 20% a.a, os salários seriam automaticamente reajustados.

Inicialmente o gatilho salarial, não estava contido no Plano Cruzado, até mesmo pela ideia de se afastar de ações indexadoras, devido a barreira que elas representam no combate a inflação, todavia, por pressões políticas, sindicais e da classe trabalhadora em geral, esse mecanismo foi adicionado às perspectivas do plano. A princípio, a ideia de um gatilho salarial, que permite o ajuste automático do salário parece uma boa ferramenta para proteção do trabalhador, contudo ela apenas reforça o devaneio que haverá perda de lucratividade, já que, com o aumento dos salários, sem a livre negociação entre patrões e sindicatos, a correção dos preços dos produtos, por parte dos empresários é certa, levando a uma nova luta sindical visando compensar as perdas iniciando um novo ciclo inflacionário.

Já o combate a inércia provocada pela indexação, se deu com a adoção na mudança da natureza dos títulos públicos, dentro das obrigações do tesouro nacional, que deixam de ser ORTN- Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional para assumir o nome de OTN- Obrigações do Tesouro Nacional. O efeito esperado dessa mudança era a reestruturação do período indexador, que deixou de ser mensal e passou a ser anual, acreditava-se que assim seria possível a quebra do *modus operandis* das indexações, que haviam se enraizado dentre os contratos. Conseqüentemente proibiu-se qualquer tipo de indexação aos contratos com menor duração, salvo àqueles com período igual ou superior a doze meses (Nassif, 1986, p.80)

Indiscutivelmente o plano alcançou um sucesso inimaginável em seu início, proporcionando ao brasileiro, após décadas de convivência com índices de inflação altíssima, a reedificação do poder de compra do salário, segundo Maílson da Nóbrega, “o povo saiu às ruas, a taxa de desemprego caiu e principalmente a popularidade do presidente chegou a mais de 80% de aprovação”<sup>13</sup>, finalmente a democracia entregara ao povo àquilo que ele mais desejava, o fim da inflação.

Passada a euforia inicial do plano, a partir do sexto mês de vigência, já se apresentavam seus primeiros sinais de ruína, descobriu-se que inflação existente não era puramente inercial, pois além de conter em seu cerne políticas de interesse e ações econômicas mal traçadas, descobriu-se de um jeito amargo, que a inflação que afetava o país, assim como o povo que

---

<sup>13</sup> **Série** - Economia Brasileira - A História Contada Por Quem A Fez. **Direção:** Louise Sottomaior em parceria com Maílson da Nóbrega, total de 10 Episódios. **Disponível em:** <https://youtu.be/nhazwo2WFmQ> - Acesso em 01/05/2019

aqui vive, era mais persistente do que se imaginava, logo somente as medidas heterodoxas clássicas não seriam suficientes para suprimir os efeitos da inflação.

A escassez de produtos foi um dos primeiros problemas enfrentados, a indústria nacional protegida durante anos pela restrição das importações e subsidiadas pelos ganhos astronômicos proporcionados pela inflação, não possuía ou não teve interesse na busca pela modernização necessária para atender a demanda crescente, típica de uma economia aquecida, podemos extrair três fatores distintos que causam o desabastecimento, porém todos são derivados do mesmo mecanismo protecionista.

O primeiro liga-se a oferta, muito inferior à demanda, provocada pela baixa qualidade e produtividade, ofertadas pela defasada indústria brasileira, até então protegida pelos embargos à importação causando ou favorecendo o desabastecimento.

O segundo problema, conecta-se ao período do congelamento, que inicialmente fora projetado para durar três meses, e que por motivos políticos durou bem mais, logo os custos da produção tolhiam a margem de lucro, levando paralisação ou à cobrança de ágio, visando compensar as perdas, dos produtos que ainda estavam disponíveis.

Já o terceiro problema, está diretamente relacionado aos interesses em manter a inflação em patamares maiores, devidos aos altos ganhos proporcionados, observa-se um tipo de sabotagem, onde se deixa de produzir ou estoca-se o produto, lançando mão do fator especulativo inflacionário.

Conto (2011) ressalta que o próprio sistema de congelamento dos preços foi um dos fatores que minaram a sua eficácia, vez que, os preços foram congelados de acordo com sua marcação na data de vinte e sete de fevereiro, e se estendeu, para muito além do que inicialmente fora planejado, os preços chegaram ao patamar que, a margem de lucro não supria os preços de produção, a ponto de atingir serviços públicos essenciais, que também sofreram defasagem de preço dentre eles o fornecimento de energia, telefone e etc.

Algumas tentativas foram efetuadas buscando conter o desabastecimento, dentre elas a importação de produtos, contudo, a inexperiência do país devido aos anos de impedimento às importações, cobrou um alto preço, pois muitos produtos ficavam presos devido a falta de logística nas alfândegas e portos brasileiros, além da precária logística de entrega que encarecia os custos desencorajava as importações.

A oferta de crédito, também se mostrou um problema grave, logo que, com índices de inflação baixíssimos, os juros ofertados também chegaram a patamares muito baixos e por incrível que pareça, em determinados momentos até negativos, aumentando de forma exagerada o acesso às linhas de crédito, provocando um excesso de meios de pagamentos, ou melhor dizendo, houve a injeção em massa de dinheiro em circulação, e com mais dinheiro em circulação, maior era a procura, e menor se tornava a oferta, pressionando o governo pelo fim do congelamento por parte dos empresários, e pela manutenção do congelamento por parte do povo.

### **3.4 Plano Cruzado II - A tentativa de reestruturação**

Lançado como uma última tentativa de se concretizar o plano o cruzado, o cruzado II, teve como foco o descongelamento gradativo de alguns produtos, principalmente àqueles ligados às tarifas públicas, além da utilização de certo tipo de maquiagem, para estabelecer novo aumento de impostos de forma indireta. Infelizmente estas medidas não foram eficazes para o controle dos preços, pois o congelamento gradual, como era esperado não ocorreu da forma esperada, devido ao receio de um novo congelamento, os preços foram reajustados de forma desordenada, alcançando o patamar de 16,8%, em janeiro de 1987, e posteriormente chegando aos 20% em maio, disparando o gatilho salarial. (BRESSER-PEREIRA, 1992)

Com a ação do gatilho salarial, disparou-se a bomba de efeito inflacionário, cujo impacto foi tão grande por sobre as contas públicas no ano de 1987, que levou o Brasil a decretar moratória à dívida externa, conforme publicado na capa da revista Veja de fevereiro daquele ano “Moratória, um salto no escuro”<sup>14</sup>, o Brasil saltava em direção desconhecida e fechava ainda mais as portas para investimentos, novamente a nação entrara em um beco sem saída.

### **3.5 Os Planos seguintes – Bresser e Verão**

Ainda no governo Sarney foram tentados dois planos de estabilização, sendo eles o Plano Bresser e Plano Verão, ambos continham medidas heterodoxas com o diferencial que desta vez também se lançou mão de medidas ortodoxas.

Dentre as medidas ortodoxas, estava um maior controle sobre os gastos públicos e um aumento gradativo na taxa de juros, visando diminuir o crédito disponível, como medidas

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.bibliotecas.ufu.br/portal-da-pesquisa/periodicos/acervo-digital-veja> - Acesso em 03/01/2019

heterodoxas, utilizou-se novamente do congelamento dos preços, e por último outra troca de moeda, que passava do cruzado para Cruzado Novo (PEREIRA-BRESSER, 1993)

Fato em comum entre todos esses planos, o desabastecimento, foi crucial para sua falha, pois o povo já cansado, corria aos supermercados a cada novo boato de remarcação, iniciou-se outra vez o ciclo inflacionário.

### **3.6 O aprendizado - Experiência e mudanças no governo Sarney**

Sem sombra de dúvidas vários fatores influenciaram de forma negativa no sucesso do plano cruzado, dentre eles a desorganização dos preços, que devido ao congelamento surpresa não passaram por um alinhamento, causando perdas consideráveis aos produtores, levando ao esgotamento de produtos devido a procura acentuada em disparidade com a capacidade de produção da indústria nacional. Fatores políticos também tiveram sua parcela de culpa no fracasso do plano cruzado, dentre eles a pressão pela manutenção do congelamento, devido ao período eleitoral, refletiu de forma nociva ao sucesso do plano.

Filgueiras (2006) ressalta que, o fator motriz para o fracasso do plano, não foram as ações tomadas de forma errada pelos economistas ou diretrizes de cunho político, mas sim, a enorme dificuldade do país em conseguir crédito externo, necessário para uma modernização industrial.

Ainda que o plano cruzado não rendesse os frutos que dele eram esperados, sua popularidade inicial proporcionou a realização de uma série de mudanças no sistema financeiro do Brasil, dentre elas, o início da organização fiscal do Brasil.

Um dos motivos históricos que dificultavam a estabilização brasileira era o completo descontrole das contas públicas, permeado de interesses políticos e particulares, seu controle quando havia, era feito de modo tão precário que, somente existia uma vaga ideia do quanto se gastava ou do quanto se arrecadava, não se tinha ideia até mesmo do papel do banco central (KANDIR, 1994). Com a popularização do presidente, agora se contava com o apoio popular e político, logo era possível iniciar um conjunto de ações para organização fiscal do Brasil, que seguramente vivia um caos.

Para se ter ideia do emaranhado em que o país se encontrava, o orçamento público era dividido entre quatro categorias, e apenas uma dela passava pelo crivo do congresso, são eles, o orçamento da união, orçamento das estatais, o orçamento da previdência e finalmente o orçamento monetário, esta última demanda especial atenção.

O orçamento monetário, controlado pelo ministro da fazenda, tinha como responsabilidade todas as formas de fomento e financiamento dentro da esfera federal, responsável pelas às linhas de crédito realizadas pelo Banco do Brasil, por sofrer fortíssima influência política e de interesses, e principalmente por não passar pela aprovação do congresso, não raro, as linhas de crédito eram disponibilizadas, buscando atender interesses particulares, sem nenhuma análise de crédito ou garantias de que esse empréstimo fosse pago.

Dentro dessa esfera, o maior problema nem era, a forma como se davam os empréstimos, mas como isso era sustentado, para que fosse mantido foi implementada um tipo conta conjunta, batizada de conta movimento com o Banco Central<sup>15</sup>, de forma que, mesmo não existindo a captação de recursos, pelo Banco do Brasil ou o pagamento dos empréstimos não fossem efetuados, o banco ainda sim conseguia manter suas contas no azul, devido ao saldo advindo do Banco Central, podemos resumir este processo como um duto que em vez de transportar água, transportava dinheiro, de modo que, quando o saldo do Banco Brasil começava a se esvaziar era suprido pelo duto de dinheiro vindo do Banco Central.

Outro entrave na organização das contas públicas era o formato do Conselho Monetário, formado por um grupo de representantes do empresariado, sindicatos patronais e de classe, governo e Banco Central, todos eles com o mesmo poder de voto, a função deste conselho era definir como, com quem e onde seriam realizados os gastos da administração pública, em economias com maior teor de desenvolvimento econômico, isso seria inaceitável, todavia, em um país com a desorganização fiscal chegando ao completo caos, as regras de gastos eram definidas, pelos interesses próprios, sem o debate e sem o conhecimento técnico político necessário para o bom funcionamento.

A mudança desses paradigmas somente foi possível devido a popularidade, do governo Sarney, propiciada pelo sucesso inicial do plano Cruzado, dessa maneira o governo recebeu o respaldo necessário para que estes quebra cabeças, cheio de vícios e fortemente ligado a interesses particulares, começasse a ser organizado.

---

<sup>15</sup> A conta movimento pode ser comparada a uma conta conjunta entre Banco do Brasil e Banco Central, de forma que, o Banco do Brasil poderia realizar uma quantidade absurda de empréstimos, mesmo sem garantia de retorno, pois contava com a ajuda do Banco Central para repor os prejuízos, todavia, é importante lembrar que todo crédito obtido através do Banco Central acarreta em produção de papel moeda, que em excesso na economia é um dos fatores geradores de inflação. **Fonte:** Banco Central do Brasil. **Disponível em:** <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https%3A%2F%2Fwww%2Ebcb%2Egov%2Ebr%2Fpre%2FHistoria%2FHistoriaBC%2Fhistoria%5FBC%2Easp>

O fim da conta movimento se deu principalmente pelo protagonizado de Mailson da Nóbrega e pelo ministro Dílson Funaro, tangenciando as ações entre Banco Central e Banco do Brasil de forma a instalar um processo higienizador nas contas e posterior encerramento da conta movimento e da reestruturação do Conselho Monetário (CONTO, 2011).

Lançava-se também as bases para a organização da economia e a retificação dos gastos públicos que agora fariam parte do orçamento da união, obrigatoriamente passando sobre o crivo do congresso.

Conclui-se que, apesar do inquestionável fracasso dos planos de estabilização lançados no governo Sarney, outros ganhos foram atingidos, como o encerramento da conta movimento e o começo da higienização das contas públicas, para que isso fosse possível, houve sim o enfrentamento de um influente grupo de interesses, tanto que, esse grupo só pode ser enfrentado, devido ao protagonismo do povo brasileiro em favor do presidente da república. Além do mais, foi neste período que foi lançada a constituição federal de 1988, que ainda é referência na questão organizacional financeira trazendo consigo o tripé financeiro sendo ele o orçamento da união, plano plurianual de investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

## CAPÍTULO 04 - A ERA COLLOR E O DESASTRE NA ECONOMIA?

### 4.1 O ano de 1989 - O desconhecido Fernando Afonso Collor de Melo

A expectativa era alta para realização da primeira eleição direta para presidente, após mais vinte de anos sob a ditadura militar, estavam no páreo alguns candidatos bastante conhecidos e possuidores de vasta experiência política, dentre eles Paulo Maluf, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Luiz Inácio (Lula), entretanto quem ganhava cada vez mais os holofotes da imprensa era um candidato pouco conhecido, o ex-governador do estado do Alagoas, Fernando Afonso Collor de Mello, ou simplesmente Collor, que disparava na frente nas pesquisas eleitorais.

Oliveira (1990) interpela que Collor, utilizou-se das mazelas vividas até então pela economia, para lançar-se como uma terceira via alternativa à política vivida até aquele momento, neste paralelo o autor, faz a comparação da propaganda utilizada por Collor em que ele se lança como um salvador, com as campanhas napoleônicas da França.

“Em todos os momentos de grande crise burguesa, personagens como Collor têm a sua vez. Bonaparte, ou Lorde Protetor entrando a cavalo no parlamento inglês, ou Bismarck, num registro mais favorável. Nessas crises, o Estado, sofre um movimento espasmódico de altíssima intensidade, infarto do miocárdio. Ele encontra-se e parece resumir-se ao seu mandatário, um vero “buraco negro”. Este assume, como o presidente Collor, “todas as responsabilidades” (OLIVEIRA, 1990, p.139)

Utilizando de bordões como Caçador de Marajás<sup>16</sup>, e que possuía a “bala” para derrubar a inflação, o jovem candidato, conseguiu um avanço extraordinário nas pesquisas, abrindo larga vantagem sobre os outros candidatos, chegando ao segundo turno em que conseguiu se eleger após uma polêmica e acirrada competição com o candidato do Partido dos Trabalhadores - PT, Luiz Inácio.

### 4.2 Plano Brasil Novo – Planos Collor I e II

Chegava o Brasil ao ano de 1990, trazendo consigo toda uma história de planos econômicos fracassados, foram nada mais que quatro planos de estabilização que não lograram êxito em reduzir os níveis de inflação, ou quando o fizeram, foi por um período relativamente curto, enfim, os planos Cruzado, Cruzado II, Plano Bresser e Verão chegaram ao mesmo

---

<sup>16</sup> Caçador de Marajás fazia referência àquelas pessoas que se utilizavam do serviço público para aumentar seus rendimentos, sem mesmo desempenhar qualquer função, salienta-se que neste período o controle do quantitativo dos funcionários públicos era ineficiente, sendo bastante comuns notícias sobre investigação de funcionários fantasmas. **Fonte:** Site Memória O Globo. **Disponível em:** <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/o-caccedilador-de-marajaacutes-8952245> - Acesso em 01/05/2019.

coeficiente comum, a inflação brasileira demandava mais que medidas heterodoxas e ortodoxas clássicas para se estabilizar a economia, precisavam sim de medidas mais profundas as quais envolviam o ajuste interno das contas (GIAMBIAGI et. al. 2011)

Segundo Bresser (1990), a nova equipe econômica optou pela ideia de um choque econômico geral e radical, ainda que isso levasse ao lançamento medidas impopulares, dentre elas o desastroso confisco dos investimentos com valores acima de NCz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos), que ficou posteriormente conhecido como confisco das poupanças<sup>17</sup>, e foi dentro dessa lógica que em 01 de Março de 1990, após um extenso feriado bancário, era lançado o plano Brasil Novo, que ficou popularmente conhecido com plano Collor I.

Este é o quarto plano de estabilização que, nos últimos cinco anos, não logrou controlar a inflação. Todos os planos, exceto o de 1987, caracterizado como um plano de emergência, pretenderam zerar a inflação. Seu fracasso em alcançar esse objetivo - o Plano Cruzado terminando em uma crise econômica e financeira aguda e o Plano Verão na hiperinflação - levou os autores do Plano Collor a adotar um plano mais abrangente e radical. Ao congelamento de preços adicionaram a retenção inicial de 70 por cento dos ativos financeiros do setor privado. E prometeram um forte ajuste fiscal, de forma a alcançar um superávit público, e uma política decidida de liberalização comercial. (BRESSER-PEREIRA, 1990, p. 55)

Kandir (1994), um dos idealizadores do plano Collor, cita que a retenção destas receitas foi benéfica, visto que, já que a quantidade de títulos públicos com liquidez garantida pelo banco central, já consumiam boa parte do PIB nacional, logo, o confisco daria seguridade ao banco central para um ajuste de contas além de servir como um freio a instituição da hiperinflação.

Tratava-se de impedir que o país entrasse em hiperinflação aberta, o que provocaria a paralisação todas das transações econômicas, a destruição completa de toda a riqueza financeira - aí sim haveria confisco amplo, geral e irrestrito - e processos agudos de desagregação social, particularmente agudos pelo fato de que vivemos numa sociedade com grandes concentrações urbanas e profundas desigualdades sociais. (KANDIR, 1994, p. 65-66)

Não que a perspectiva de Kandir se estabeleça em dados conotativos, visto que a retenção desses títulos realmente freou o avanço desmedido da inflação, porém, quando nos aproximamos de Simonsen (1991), notamos que o meio utilizado, não serviu ao seu propósito principal, que era a redução da quantidade de moeda em circulação, o autor ainda ressalta que, a manutenção da moeda em estoque, pouco ou nada influencia no controle da inflação. Enfim

---

<sup>17</sup> Devido ao valor de confisco, considerado baixo para época, essa ação recaiu também sobre o investimento mais popular do Brasil a poupança, conseqüentemente atingindo as camadas mais pobres. **Fonte:** Acervo O Globo. **Disponível em:** <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/plano-collor-confiscou-poupanca-brasil-mergulhou-na-hiperinflacao-15610534>

o confisco serviu como paliativo e não como resolução a uma economia ainda fragilizada pelos erros anteriores, levando o país a um estado de recessão.

Aproximando-se de Simonsen (1991), Conto (2011) também vê um erro no confisco, de modo que a ação atingiria o montante de moeda em estoque e não o seu fluxo, este último o fator provedor da inflação.

A maior crítica ao Plano Collor foi formulada por Afonso Pastore, para quem o bloqueio dos ativos monetário restringia apenas o estoque de moeda indexada existente, mas não acabava com o processo que a criava, ou seja, não eliminava o seu fluxo. Pastore argumenta que, como evidenciado pela teoria quantitativa da moeda, é o fluxo de moeda que gera inflação - e não o seu estoque - tornando o plano em si inconsistente. (CONTO, 2011, p. 61)

Retomando Simonsen (1991), é indiscutível o fato de que o confisco impacte na inflação, todavia, esse impacto se dá por meios recessivos, e com grande impacto social, nos quais os principais afetados são àqueles pertencentes a classe industrial que, com seus ativos bloqueados e sem acesso ao crédito deixam de produzir, gerando desemprego.

Outra medida utilizada para contenção dos preços foi a retomada do congelamento, ferramenta heterodoxa clássica, que não trazia boas lembranças ao povo e a classe industrial, este congelamento teria o prazo de três meses para ser desfeito, contudo não foi respeitado.

Segundo Filgueiras (2006) em vista do fracasso do plano Collor I, tentou-se a implantação do plano Collor II, no qual se realizou o aumento das tarifas públicas e congelamento dos salários, além da Taxa Referencial de Juros, novamente se esbarrou em um novo fracasso, culminando em sua renúncia ainda em 1992, após um sofrer um processo de *impeachment*.

### **4.3 O impacto da era Collor - a indústria nacional**

Normalmente quando se menciona o Plano Collor, nos remetemos quase que imediatamente ao confisco das poupanças, restringindo todo o período a apenas uma ação do plano.

Ponto importante executado no governo Collor, foi o início da modernização industrial brasileira, conforme dito anteriormente, o Brasil, contava com uma arcaica e protegida indústria que recebia “gordos” incentivos governamentais. Logo uma das ações do plano Brasil Novo, era a abertura do Brasil ao comércio exterior com a modernização das importações e redução de impostos sobre os produtos importados.

A ação foi bem recebida por parte da população, entretanto seus efeitos colaterais, segundo Leitão<sup>18</sup>, foram sentidos de forma bastante agressiva na indústria nacional, que após anos de relativo conforto, não conseguia competir com os produtos chegados de fora, sobrando-lhes as opções, de venda, modernização ou fechamento.

#### 4.4 Análises da era Collor

Segundo Kandir (1994), com certeza o confisco dos ativos financeiros causaram impactos consideráveis na imagem do presidente, culminando em sua renúncia, todavia também se obtiveram ganhos que seriam utilizados como base para implantação do Plano Real. Estes ganhos podem ser mensurados principalmente pela abertura do país às importações e o começo da modernização da indústria nacional, além da redução da participação do Estado na economia com a privatização de estatais que não geravam lucro e demandavam investimentos do governo.

Com o fim do governo Collor em 1992, se reforça a percepção que a inflação que tomava o Brasil, demandava esforços em grande escala ou melhor dizendo, apenas uma bala não seria suficiente para acabar com a inflação.

#### 4.5 Panorama econômico – Antes do Real.

Sem dúvidas a década de oitenta foi bastante tumultuada, tanto pelos problemas deixados pela ditadura militar, quanto pela desorganização das contas públicas ou mesmo pela luta contra a inflação sem precedentes que se instalara no Brasil, esta mesma inflação que minava os salários dos mais pobres e alongava ainda mais as diferenças sociais.

Todavia não demorou para se percebesse que em uma economia super inflacionada, não existem ganhadores e perdedores, logo que, quando a inflação chega a seu ápice, ou seja na hiperinflação, todo sistema econômico é destruído tornando todos àquele que estão ali contidos em perdedores.

E foi dentro deste cenário que segundo Leitão<sup>19</sup>, foi um cenário de guerra, que a jovem democracia brasileira enfrentou o seu pior inimigo, o “Dragão” da inflação, por diversas vezes foram feitas tentativas, inclusive chegou-se a pensar que o “dragão” era de papel, ledado engano,

---

<sup>18</sup> **Série** - Economia Brasileira - A História Contada Por Quem A Fez. **Direção:** Louise Sottomaior em parceria com Mailson da Nóbrega, total de 10 Episódios. **Disponível em:** <https://youtu.be/nhazwo2WFmQ> - Acesso em - 01/05/2019

<sup>19</sup> **Idem.** Item 17

daí por diante nada menos que sete tentativas ou sete planos foram lançados, só na década de 1980.

Dentre eles o Plano Cruzado, implantado por um presidente que buscava se legitimar, o plano trazia consigo medidas heterodoxas formuladas pelo economista Francisco Lopes, obteve um sucesso estrondoso nos primeiros meses de implantação, legitimando o presidente e garantindo a popularidade necessária para outras reformas fossem iniciadas, dentre elas a constituição do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF<sup>20</sup> o encerramento da conta movimento e a reformulação do conselho monetário.

De forma geral, o Plano Cruzado se curvou diante do fracasso na aplicação de medidas mais restritivas em relação ao crédito, prevendo a inflação como puramente inercial, optou pelo congelamento dos preços, iniciando um movimento circular contínuo.

Este movimento circular se deu da seguinte forma, com o congelamento dos preços obteve-se uma severa redução da inflação, o que resultou na aplicação juros mais baixos, chegando a ser negativos, facilitando o acesso ao crédito e consecutivamente lançando mais dinheiro na economia, resultando em uma demanda altíssima, para uma oferta reduzida, visto que, a indústria nacional não conseguia suprir as necessidades do mercado, principalmente por lhe faltar modernização, ocasionado pelos anos de acomodação e protecionismo do governo com a restrição às importações, elevando a inflação a níveis maiores, o que demanda um novo congelamento.

Os produtos sumiram das prateleiras, os fornecedores começaram a cobrar ágio, as contas públicas ficaram defasadas, acentuando ainda mais a pressão sobre o governo pelo descongelamento, que foi realizado com o Plano Cruzado II, todavia, o descongelamento não ocorreu de maneira esperada, ocorrendo um processo inflacionário que atingiu o índice de 20% disparando o gatilho salarial, encerrando o processo com o Brasil decretando moratória aos juros da dívida externa.

Foram lançados outros planos, dentre eles o Plano Bresser e Verão, esse último inclusive contou com a troca da moeda de Cruzado para Cruzado novo, ambos sem sucesso, terminando o Governo Sarney, com a certeza de que o “dragão” não era de papel.

---

<sup>20</sup> Segundo o Tesouro Nacional o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. **Disponível em:** <http://www.stn.fazenda.gov.br/SIAFI> - Acesso em 10/01/2019

Contudo, devemos reforçar que o governo Collor, não se restringiu ao confisco das poupanças, mas, que também iniciou o processo de modernização industrial brasileira, com um choque radical nos processos de importação, a entrada de produtos importados foi bastante facilitada, causando um verdadeiro tumulto na arcaica indústria nacional, que precisou se reinventar ou falir.

Apesar desse choque ter acontecido de maneira muito abrupta, auxiliou no avanço da reestruturação industrial e econômica nacional, deixando o terreno fértil, para o futuro presidente Itamar Franco conseguisse a implantar o Plano Real.

#### **4.6 Plano Brady - A renegociação da dívida externa**

Antes de entrarmos, propriamente no assunto ligado ao Plano Real, acho muito importante, fazer menção ao Plano Brady, vez que, ele foi crucial para economia brasileira, lançado em 1989, reconheceu que a dívida no formato em que ela se encontrava não era possível de pagamento, logo propunha a renegociação dos credores como os países devedores, cuja dívida se tornara grande demais, para que fosse negociada nos moldes comuns, dessa forma, foram elaboradas normativas de forma que, os pagamentos fossem realizados de forma que se rendessem bônus, aos pagadores.

Aderindo ao plano em 1992, através de negociações feitas por Pedro Malan, já no governo Itamar Franco, o Brasil finalmente abria um novo horizonte para relacionamento com a comunidade internacional (FRANCO, 1995).

#### **4.7 Itamar Franco - A república do pão de queijo**

Itamar Augusto Cautiero Franco (Itamar Franco), assumiu a presidência da república no ano de 1992, após a renúncia do ex-presidente Fernando Collor, mineiro de coração<sup>21</sup>, e de temperamento forte, Itamar, formou sua primeira equipe basicamente de mineiros, no que ficou conhecido como a república do pão de queijo.

Assumindo o Brasil em uma situação conturbada, em que a inflação apontava para o incrível patamar de 2.708,55% a.a, cabia ao presidente tomar as medidas necessárias para que este problema fosse sanado.

---

<sup>21</sup> **Fonte:** Jornal Hoje, Edição do dia 02/07/2011 “Morre o ex-presidente Itamar Franco Baiano de nascimento e mineiro de coração”. **Disponível em:** <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2011/07/morre-o-ex-presidente-itamar-franco.html>

Todavia, Itamar vivia o mesmo problema que o antigo presidente José Sarney, ambos assumiram a presidência da república sem o aval das urnas, e ambos não contavam com o apoio político necessário para que as medidas necessárias de fato fossem tomadas, fato agravado na gestão de Itamar, devido aos recentes traumas provocados pelo antigo governo Collor que ainda vivos na memória de muitos brasileiros, acentuando ainda mais o descrédito para com a política do Brasil.

## CAPÍTULO 05 - A ECONOMIA REAL

### 5.1 O novo ministro da fazenda - A formação da equipe econômica

Cardoso (2006) relata que, devido às turbulências deixadas pelo governo Collor, o atual presidente, Itamar Franco, via-se em enorme dificuldade para acertar as contas, mesmo dentro dos seus ministérios, o que pode ser visto pela quantidade de ministros que ocuparam a pasta da fazenda em um curto espaço de tempo.

Talvez seja difícil ou não, dizer o motivo pelo qual, Itamar Franco optou pelo ministro das relações exteriores Fernando Henrique Cardoso<sup>22</sup>, em vez de outros nomes, enfim, seja por obra ou não do acaso, a escolha de Fernando Henrique para o ministério da fazenda resultou na elaboração de um dos planos de estabilização mais bem sucedidos do mundo.

As circunstâncias políticas por trás da indicação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, na primeira metade de 1993, criaram este conjunto de condições. Primeiro, Fernando Henrique era o quarto ministro da Fazenda de Itamar em menos de um ano. Isso implicava uma continuação de incertezas políticas significativas originadas após o impeachment do presidente Collor. Indicadores macroeconômicos refletiam diretamente tais vacilações — por exemplo, taxas de juros positivas eram menos capazes de reduzir a aceleração da inflação. Segundo, como um pré-requisito para aceitar a indicação do presidente Itamar, Fernando Henrique Cardoso exigiu e conseguiu total autonomia e responsabilidade sobre as decisões econômicas do governo. Terceiro, como um respeitado senador de um partido moderado, a indicação de Fernando Henrique Cardoso também implicou uma base mais forte de apoio ao governo no Congresso. (PIO, 2011, p.41)

Conforme Pio (2011) liderada pelo ministro Fernando Henrique e composta por catedráticos, economistas e articuladores políticos, formava-se a equipe que viria transformar a economia brasileira, com a implementação do mais bem-sucedido plano econômico em mais de três décadas.

Munidos de extenso saber econômico, a equipe se diferenciava pelo seu viés acadêmico, tentando deixar de fora a influência política, ainda que, ela estivesse presente de forma oculta, segundo Conto (2011) o que se ambicionava, não era um mérito político, mas a satisfação pessoal de transformar a ideia propriamente dita, em algo concreto, ressalta o autor, a equipe poderia ser comparada a um grupo extraterrestre, dentro desse âmbito político.

Ainda em Conto (2011) os laços de fidelidade entre a equipe econômica e o ministro da fazenda, também se mostrou fator chave para o bom andamento do plano, de forma que, mesmo com os desentendimentos, típicos dos grandes gênios, o poder moderador de FHC, servia para

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://youtu.be/nhazwo2WFmQ>- Acesso em 01/05/2019.

manter o foco da equipe naquilo que era perseguido, a estabilidade econômica. Tamanho era o comprometimento com a eficácia do plano, que se estabeleceu algumas medidas pétreas, dentre elas, a não utilização dos mecanismos heterodoxos convencionais, como o congelamento de preços, o que gerou divergências com Itamar, e que toda medida implantada teria o conhecimento prévio da população, fugindo assim dos fantasmas da surpresa, conforme ocorrido nos planos Cruzado e Collor (CONTO, 2011).

Ainda que Fernando Henrique, negue a criação do plano, afirmando que a criação se deve à equipe e ao povo brasileiro, sua maestria como mediador, servindo de ponte entre a equipe econômica o congresso e o genioso Itamar Franco, sempre desconfiado que os planos de estabilização iriam prejudicar os trabalhadores além da sua eterna dúvida sobre a “Caixa Preta do Banco Central”, no que Fernando Henrique sempre o convencia de que as estratégias adotadas, eram as mais favoráveis para que a estabilização realmente ocorresse.

## 5.2 Programa de ação imediata - PAI

Estabelecidas às bases do plano, partia-se agora para as etapas seguintes, até a chegada da sua implantação, a primeira delas, foi tentar garantir o equilíbrio fiscal e econômico, antes da instauração do Real, de modo que, a desorganização econômica da união, dos estados e dos municípios, não criasse barreiras que frustrassem sua eficácia, essa preocupação pode ser vista, segundo Filgueiras (2003), na exposição de motivos nº 395 de 12 de dezembro 1993, em que é reforçada a necessidade de uma maior organização financeira.

Com propósito de alcançar tal equilíbrio, foi lançado em junho último o Programa de Ação Imediata (P.A.I). Este previa um conjunto de medidas voltadas para a reorganização do setor público, incluindo redução e maior eficiência de gastos: recuperação da receita tributária; fim da inadimplência de Estados e Municípios com a União; controle dos bancos estaduais; saneamento dos bancos federais; aperfeiçoamento e ampliação do programa de privatização (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 395, de 07/12/1993)<sup>23</sup>.

Para que isso fosse possível, Filgueiras (2003) ressalta a criação do PAI, que ele define como ferramenta para controle de gastos da união para com os estados e municípios, de forma que, seria possível que as medidas necessárias fossem executadas.

A princípio houve forte resistência para aprovação das medidas necessárias, principalmente do grupo que viria a ser chamado futuramente de “anões do orçamento”,

---

<sup>23</sup> Centro de economia Política - *Brazilian Journal of Political Economy*. - Revista de economia Política, vol. 17, nº2 (54), abril-junho/94. **Disponível em:** <http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=14&mes=2> - Acesso em 05/06/2019.

segundo Praça (2011), “Os “anões” eram o grupo político que controlava o processo orçamentário no Brasil de 1989 a 1993 a partir da Comissão Mista de Orçamento, interagindo de modo corrupto tanto com integrantes do Executivo quanto com certas empreiteiras [...]” (PRAÇA, 2011, p.142) <sup>24</sup>.

Todavia, o “fator sorte” novamente soprou em direção a equipe, pois naquele ano era instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do orçamento, batizada como CPI dos Anões<sup>25</sup>, que escancarou os desvios de verbas públicas para interesses pessoais, facilitando o “convencimento” dos parlamentares, por conta das pressões públicas, de que as ações eram necessárias (PRAÇA, 2011) .

Uma das medidas estabelecidas pelo PAI, era a criação do Fundo Social de Emergência, o qual estabelecia a possibilidade da retenção de valores, que até então eram definidos pela constituição como de repasse obrigatório aos estados e municípios e que na visão da equipe econômica trazia prejuízos ao controle das contas públicas, Exposição de Motivos nº 395 de 12 de dezembro 1993.

A operação desses automatismos, bem como o avanço da rigidez orçamentária provocada pelas vinculações de receita, compõem um trágico quadro de fragmentação fiscal, em que as diferentes unidades de despesa procuram assegurar superávits em seus "suborçamentos" à custa das demais unidades e da cada vez mais reduzida capacidade de coordenação União (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 395, de 07/12/1993)<sup>26</sup>

Dentro dessa esfera, Filgueiras (2006), indica que a função do fundo, não era a aplicação de recursos na área social, mas sim permitir ao governo “[...] executar cortes em seu orçamento para o ano de 1994 e deu uma maior flexibilidade na utilização dos seus recursos [...]” (FILGUEIRAS, 2006, p. 102.), dessa maneira, o governo federal podia agora, barrar os gastos desenfreados da união para com os estados.

Ainda dentro do contexto do F.S.E, Giambiagi (2011), aponta que a nomenclatura social, serviu como objeto de apaziguação entre equipe econômica e presidência da república, para que o fundo fosse efetivado, visto que, a retenção destes valores não foi direcionada a projetos sociais, mas, para proporcionar ao governo federal uma margem maior de manobra na busca do equilíbrio fiscal, além de outros objetivos eleitoreiros.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v17n1/v17n01a05.pdf> - Acesso em 13/06/2019.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/cpi-investiga-anoes-do-orcamento> - Acesso em 13/06/2019.

<sup>26</sup> Idem. Item 22

### 5.3 O limiar da nova Moeda – A implementação da Unidade Real de Valor - URV

Surgida da Medida Provisória nº 434 de 27 de fevereiro de 1994, Filgueiras (2006), estabelece que a Unidade Real de Valor - URV foi, sem sombra de dúvidas, o divisor de águas entre os fracassados planos, Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro, Cruzeiro Novo e os Planos Collor I e II. Diferentemente do modelo adotado pelos seus antecessores, em que *status quo* inflacionário, era atacado de forma abrupta e radical, utilizando-se principalmente congelamento compulsório dos preços ou da retenção dos ativos, a URV seguiu o caminho inverso, logo que, contou com uma preparação prévia do terreno, marca registrada do governo Itamar, dessa maneira o processo de “urvização” foi amplamente divulgado, através de jornais de grande circulação e redes televisivas, não raro, eram realizadas entrevistas com o próprio ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, e posteriormente com o ministro Rubens Ricuperro, em que, eram explicadas o *modus operandi* da URV e da nova moeda (FRANCO, 1995).

Sem sombras de dúvidas, dois aspectos foram muito importantes para o sucesso da URV, o primeiro foi sua ampla divulgação, através dos meios de comunicação, conduzindo a opinião pública em favor do governo e do novo plano, estabelecia-se aqui um dos pilares para o sucesso do real, pois, ainda que, o povo não soubesse dizer de forma clara o que era “essa tal de URV”, confiava-se veementemente que ela daria certo.

O segundo aspecto, foi a instauração da URV assumindo um caráter virtual, ou seja, não chegou a tomar-se uma moeda física, com isso fugi-se dos embaraços jurídicos, e dos vícios aglutinados à moeda “antiga”, os quais, seriam mais que previsíveis, no caso de duas moedas correntes em uma mesma economia (CONTO, 2011).

Dentre os elaboradores do plano, Franco (1995), associa a ideia principal do desmembramento da moeda, ao sucesso do *rentenmark* alemão na década de 1920, que também se utilizou do mesmo mecanismo de separação, com isso buscava o governo, atacar a memória inflacionária, de forma incisiva, mas não agressiva diferente do que fora efetuado nos planos cruzado, com o congelamento compulsório dos preços, ou no plano Collor, em que foram confiscados os fundos de investimento, em ambos os casos não houve transparência nas ações, pois, todas elas ocorreram sem aviso prévio a população. Ainda que, estes planos tenham garantido algum sucesso inicial, todos eles falharam devido causalidade ligada à memória inflacionária ou inflação residual. Mediante estes problemas, a equipe econômica atuou de maneira decisiva estabelecendo um super indexador, com valores corrigidos diariamente pelo

banco central, pelas médias dos índices, Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M; Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; e o Índice de Preço ao Consumidor – IPC-FIPE, de maneira que, o aumento de preços não ficasse à deriva, ou sofresse fortes alterações temporais, em síntese, buscava-se demonstrar que a adesão a URV, era benéfica, pois passava a imagem de ganhos, sem perdas ocasionadas pela inflação (FRANCO, 1995).

Contudo a escolha destes índices não foi feita de forma gratuita ou aleatória, pois, de acordo com Franco (1995), a média destes índices fazia clara referência ao valor de câmbio do dólar norte americano ou estadunidense, logo, o que ocorria na implantação da URV, era um processo de estabelecimento da nova âncora monetária, o dólar.

#### **5.4 A estabilização dos preços médios - A terceira via entre a ortodoxia e heterodoxia**

Ao longo deste trabalho foram apontados inúmeros fatores contribuíram para o fracasso dos planos anteriores ao real, dentre eles, a desorganização econômica governamental, passando pelos interesses políticos particulares, chegando a execução de práticas econômicas falhas e acentuadamente intervencionistas, dentre elas merecem destaque o congelamento compulsório dos preços e o confisco dos ativos. Certamente todos estes problemas se mostravam com forte impacto ao bom funcionamento da economia brasileira, todavia, sabia-se que o problema estava muito além destes fatores, e que o principal responsável pelo disparo da inflação era a própria inflação, ou melhor, a memória inflacionária, e que por melhor estruturado fosse o plano, ele não resistiria às mazelas da reminiscência dos preços médios.

Dessa forma, estabeleceu-se que, o combate a memória inflacionária seria o principal foco de trabalho antes do lançamento do plano real, porém um problema ainda assolava a equipe, qual seria maneira correta de calibrar os preços médios, sem a utilização de medidas demasiadamente intervencionistas, que se utilizadas minariam a confiança do povo no governo, em outras palavras, como realizar um ajuste de tamanha magnitude, quando tanto as medidas ortodoxas quanto as heterodoxas, falharam em aniquilar a memória inflacionária.

Antes da resposta, essa questão passou por diversos e acalorados campos de discussão, até se chegar ao equilíbrio necessário, quando se conclui que, os aumentos dos preços médios não seguiam um padrão, pois se dava de acordo com as prerrogativas de cada setor, em que, cada um realizava o reajuste de preços utilizando-se do índice e do tempo, que melhor lhe convinha. Acrescenta-se ainda que, fatores “psicológicos e protecionistas”, também exerciam

relativo peso sobre os aumentos, por receio da implantação de medidas intervencionistas do governo, os preços eram reajustados de forma a proteger os ganhos em caso de congelamento.

Trabalhando a perspectiva da qual a memória inflacionária era impulsionada principalmente pela falta de uma atuação eficiente e eficaz do Estado, que ora não exercia controle nenhum, ora o exercia de forma quase ditatorial, que a URV se solidificou como uma frutífera terceira via, entre a ortodoxia e heterodoxia, pois, encontrado o pomo da discórdia e consequente gerador do caos inflacionário, podia agora a equipe trabalhar de forma que, o problema fosse atacado em suas raízes, sem a utilização de ferramentas de intervenção clássicas, dentre elas o congelamento dos preços.

A solução deste problema, veio com a implantação de super indexador de preços, corrigido diariamente pelos índices vistos anteriormente, contudo, este novo indexador não teria um caráter compulsório de adesão, salvo em contratos realizados com a esfera pública e os salários, que seriam estabelecidos URV, para se ter uma ideia da importância dessa medida, foi ela que ela afastou de vez o pessimismo da população quanto às medidas de intervencionistas, como o confisco dos ativos ou congelamento compulsório, ambos sem prévio aviso, de forma a dar ao mercado o poder de autorregular.

Este novo índice chamado de Unidade Real de Valor, nome estabelecido pelo próprio ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, estabelecia que, 1 URV corresponderia ao montante de CR\$ 647,50, (Seiscentos e quarenta e sete Cruzeiros Reais e Cinquenta centavos)<sup>27</sup> e teria variação diária.

Segundo Franco (1995), uma das mais importantes metas do governo era demonstrar que ao vincular aos preços a URV, estes estariam blindados contra a desvalorização, pois, mesmo com os reajustes diários, a URV manteria sua unidade de valor, toma-se como exemplo um produto que no dia primeiro de março possuía um valor de 1 URV ou CR\$ 647,50 (seiscentos e quarenta e sete cruzeiros reais e cinquenta centavos), passados dois meses este mesmo produto ainda valeria a mesmas 1 URVs ou CR\$ 677,98 (seiscentos e setenta e sete cruzeiros reais e noventa e oito centavos), Filgueiras (2006), nos traz a seguinte definição, “[...] como todos os preços e salários estariam em URV, a sua subida em cruzeiro real não alteraria os seus valores relativos, ou seja, a inflação se caracterizaria, essencialmente, pelo seu

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal> - Acesso 10/04/2019

componente inercial.” (FILGUEIRAS, 1995, p. 105), em suma, devido a anexação mesmo com o ajuste nos valores da URV, sua unidade de valor continua a mesma, 1 URV.

Finalmente um plano econômico conseguiu vencer a batalha contra inércia inflacionária, isto é, com o estabelecimento da URV, o Brasil conseguiu-se avançar pelos tortuosos caminhos, em que os outros planos falharam, sempre esbarrando nas sólidas raízes das falhas econômicas dos governos passados.

Claro que a genialidade da equipe econômica em desvincular a moeda de uma das suas funções, foi indiscutivelmente um dos motivos do sucesso da URV e posteriormente do Plano Real, todavia, segundo o próprio ministro da fazenda e futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso, o protagonismo do sucesso do plano, não foi à equipe econômica, o ministério da fazenda ou mesmo a presidência da república, mas, o povo brasileiro, que aderiu a ideia de um novo rumo para e abraçou a URV, como todo o plano, para que ele realmente funcionasse.

### **5.5 Trabalhadores - Os salários em vista ao Plano Real**

Não há dúvidas que o processo inflacionário atinge, em maior ou menor grau, toda a população, até mesmo àqueles que dispõem dos meios de proteção a sua ação cáustica, todavia, seria fantasioso não dizer que a classes trabalhadora, principalmente a mais pobre, é de longe a mais afetada pelos efeitos corrosivos da inflação descontrolada, logo que, conforme visto nos capítulos anteriores, ela tolhe seus salários de forma tão sagaz, que a melhor forma protegê-lo, era gastá-lo o mais rápido possível.

A garantia do poder de compra dos salários, sempre foi e provavelmente continuará sendo uma das ativas lutas dentro do sistema capitalista, e dentro dessa realidade, os salários também passaram por forte mudança no estabelecimento do Plano Real.

Oposto aos planos Cruzado e Collor, não houve interferência, ou reajuste prévio seguido de congelamento dos salários, optou a equipe econômica por manter a mesma relação distributiva dos salários. A transformação dos salários ocorreu de forma bastante parecida com o que aconteceu no plano Cruzado, foram pegadas as médias dos quatro últimos meses, novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, somadas as médias, elas foram divididas pelo valor da URV do último mês de referência, e caso o valor da soma das médias salariais se mostrasse menor do que o vencimento de fevereiro, o maior valor seria mantido.

Inevitavelmente, surgiram algumas questões acerca da transformação dos salários para URV, principalmente sobre perdas devido a questões ligadas às perdas oriundas da inflação

registradas nesses meses. Apesar de ser uma questão bastante complexa, visto que, em toda e qualquer implantação de planos econômicos, os salários dos trabalhadores sempre sofre uma defasagem por não conseguir acompanhar a mudança dos preços médios inflacionários, e no Real isso não seria diferente.

Por outro lado, tomo a liberdade de utilizar-me do dito popular, “dos males, o menor”, pois, a meu ver ele demonstra perfeitamente a situação salarial, no período pré-implantação do Plano Real. Justifico essa apropriação, pelo fato dos salários, não obterem ganhos reais em relação às perdas visualizadas nos períodos anteriores à média estabelecida, porém ao se indexar o salário a Unidade Real de Valor, enquanto o pagamento ocorria em moeda corrente (Cruzeiro Real), obtinha o trabalhador um reajuste mensal pleno, acontecimento de valor inestimável para o movimento sindical e para os trabalhadores assalariados.

Em síntese, não se pode dizer que o plano real foi absolutamente benéfico para todos os trabalhadores, até porque uma situação assim aproxima-se de uma utopia, infelizmente, visto que, não houve efetivamente um aumento real dos vencimentos, além de que, a implantação da URV, por se tratar de uma medida optativa e não compulsória, não foi imediatamente aceita por todo o setor produtivo, de maneira que, alguns setores ainda batiam na tecla dos reajustes visando lucro e proteção contra a expectativa inflacionária.

Em contrapartida, também seria absurdo dizer que o Plano Real, não foi um marco na questão salarial, em virtude de sua característica indexatória, ele conseguiu derrubar, o chamado imposto inflacionário, de maneira que, pela primeira vez, após retomada da democracia, o trabalhador brasileiro poderia planejar seu futuro com relativa segurança, sem o temor de ver seus rendimentos definhando devido ao imposto inflacionário.

Enfim, quando balanceada a questão salarial do período pré e pós Plano Real, nota-se que, ele realmente foi um marco para classe trabalhadora do Brasil, pelo fato de que finalmente se conseguiu abater o imposto inflacionário, que impiedosamente corroía os rendimentos dos trabalhadores, contudo, não se pode assumir que os trabalhadores tiveram ganhos, mas sim, deixaram de ter perdas, e que daquele momento adiante, podia o brasileiro planejar seu futuro, sem o receio de que a inflação o tomasse sem prévio aviso.

## **5.6 Cédulas do Real - A nova face do Brasil**

Chegava a hora do cruzeiro real sair de cena e a URV tomar para si a função de moeda corrente, fechando sua última cotação no histórico valor de CR\$ 2.750,00 (dois mil setecentos

e cinquenta cruzeiros reais)<sup>28</sup>, passa a URV a se chamar real. A primeira medida foi trazer para si, as duas funções que a princípio lhes foram retiradas, a de reserva de valor e servir como meio de troca.

No dia primeiro de julho de 1994, o Brasil acorda com a expectativa de um novo futuro a frente, logo de manhã já se notava longas filas nos bancos, principalmente nos caixas eletrônicos, o motivo, todos aguardavam ansiosamente a primeira aparição da mais nova superestrela brasileira, a nova moeda<sup>29</sup>.

Nascia o real, derivado de um plano único, totalmente adverso daqueles que o precederam, mas, ao mesmo tempo, aproveitando-se das experiências por eles deixadas, trazia consigo, em suas notas, o que o Brasil tem de mais precioso, nossa natureza, e as riquezas imensuráveis da nossa fauna, dentre eles o beija-flor, que assumiu a nota de R\$ 1,00 (um real), a garça branca R\$ 5,00 (cinco reais), a arara-vermelha R\$ 10,00 (dez reais), a onça pintada R\$ 50,00 (cinquenta reais), e a garoupa que assumiu a nota de R\$ 100,00 (cem reais), posteriormente, entraram para família a tartaruga de pente, nota de R\$ 2,00 (dois reais) e o mico leão dourado R\$ 20,00 (vinte reais)<sup>30</sup>.

## 5.7 O pós-real - A euforia do consumo e as formas de controle

Pouco após sua efetivação o plano real enfrentaria seu primeiro grande desafio, ajustar-se a euforia do consumo, sem promover o desabastecimento, conforme aconteceu no plano cruzado (FILGUEIRAS, 2006). Este fenômeno, do aumento exagerado do consumo, normalmente é visto no início da implantação de planos econômicos, que conseguem rebaixar a inflação a níveis muito baixos, se comparados aos índices atuais, de forma que, sem o imposto inflacionário corroendo seus rendimentos, àqueles produtos que não faziam parte do cotidiano da população agora passam a contemplar suas aspirações.

A solução encontrada pela equipe econômica, para que este consumo exagerado não acabasse por gerar uma inflação de demanda, foi a abertura do mercado brasileiro a produtos

---

<sup>28</sup> **Fonte:** Banco Central do Brasil. **Disponível em:** <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal> - Acesso 10/06/2019

<sup>29</sup> **Fonte:** Memória Globo. **Disponível em:** <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/plano-real/o-anuncio-do-plano.htm> - Acesso em 10/06/2019

<sup>30</sup> **Fonte:** Banco Central do Brasil, Primeira e segunda família do real. **Disponível em:** <https://www.bcb.gov.br/cedulasmoedas/primeirafamilia> - Acesso 10/06/2019.

importados, ação realizada pela redução nas alíquotas de importação, aumento da taxa básica de juros, que restringia o acesso ao crédito, dentre outras medidas de caráter econômico.

Diferentemente do plano cruzado, em que, o desabastecimento se deu principalmente pelo protecionismo exagerado a fraca indústria nacional, no plano real, foi estabelecido a paridade entre o produto nacional e o importando, isto é, com a entrada destes produtos, com um preço muito inferior àqueles praticados, o empresariado brasileiro se via muito a contragosto diante de algo quase inédito no país, a concorrência, com isso forçou-se a queda dos preços do produto nacional.

Acrescenta-se ainda que, segundo Filgueiras (2006), somente foi possível, manter estes índices de importação devido ao estabelecimento da âncora cambial flexível, que estabeleceu a paridade de valor de R\$ 1,00 (um real) equivalente a US\$ 1,00 (um dólar americano), e o acúmulo de reservas da moeda americana que vinha ocorrendo desde 1993, mantendo o real valorizado perante o dólar.

Ainda dentro da âncora cambial, percebeu-se que, com a alta taxa de juros oferecida pelo governo brasileiro, com garantia de resgate em dólar americano, o investimento em capital estrangeiro de curto prazo também cresceu exponencialmente, garantindo a manutenção da âncora cambial até meados de 1999 (FILGUEIRAS, 2006)

## **5.8 O outro lado da moeda - O Crescimento da dívida pública, desemprego e o recesso econômico.**

Defronte as inquestionáveis benesses tragas pelo real, algumas de suas ações também trouxeram desconforto para população em geral, principalmente à classe trabalhadora, que contida dentro dessa esfera capitalista, sempre é o principal alvo dos ajustes econômicos.

Um dos maiores problemas enfrentados no contexto econômico, segundo Filgueiras foi que o caminho traçado pela equipe econômica que, “aprofundou desequilíbrios estruturais já existentes anteriormente, bem como criou novos, desencadeando uma profunda instabilidade macroeconômica” (FILGUEIRAS, 2006, P.149), seja pela crescente taxa de desemprego ou pelo fato oriundo das políticas econômicas adotadas para que se conseguisse manter a âncora cambial, com o real valorizado perante o dólar os caminhos da estabilidade se mostraram tortuosos.

Ainda segundo o autor, com a abertura das exportações, a indústria nacional se viu em meio a uma guerra sem precedentes, pois, sob forte protecionismo estatal a indústria nacional

viveu por mais de uma década um verdadeiro sedentarismo tecnológico, ou seja, “A abertura da economia e a sobrevalorização do Real escancarou o país às importações tirou a competitividade das exportações, que cresceram num ritmo bem inferior ao das importações” (FILGUEIRAS, 2006, p.149).

De forma plana, esta redução dos preços transparece uma certa razoabilidade, visto que, o controle da inflação se dá pela queda dos preços praticados, e isso somente ocorre quando existe livre concorrência, todavia, quando aprofundamos um pouco mais na questão, notamos que, a facilidade da importação, ocasionada pela redução de impostos, recai diretamente sobre a economia nacional, visto que, com a facilidade de se trazer produtos de fora com um preço menor, do que aqueles que aqui são fabricados, desestimula a produção nacional, fazendo cair a renda média per capita e conseqüentemente gerando um maior índice de desemprego.

Mais uma vez, o maior penalizado é o trabalhador de baixa renda, pois, sem a oferta de emprego, devido à baixa produção nacional, ele se sujeita a aceitar salários mais baixos para garantir sua subsistência, contudo, esse panorama só não é pior, devido a estabilização dos preços, pois, com o fim do imposto inflacionário, seus rendimentos, ainda que baixos, não são corroídos pelo imposto inflacionário, o que proporciona ao trabalhador um planejamento futuro.

Por trás desse panorama vivido pela indústria nacional, estavam as altas taxas de juros, utilizadas para atrair o capital especulativo e de curta duração, garantindo os dividendos necessários à manutenção da paridade real x dólar. Ao mesmo tempo que esta medida salvaguardava as reservas necessárias para que a âncora cambial fosse mantida, ela restringia o acesso do empresariado brasileiro aos empréstimos necessários para renovação industrial.

Num último momento, temos a deterioração da dívida pública, fato esse, que tem como pano de fundo, a política monetária de um real forte, pois com a intensificação das importações, o produto nacional perdeu valor no mercado interno, pois já não conseguia competir com o preço dos importados, por outro lado, a política cambial adotada pelo banco central, em que, o dólar se mantinha subvalorizado em relação ao real, retirava a atratividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, assim o país perdia a competição para outros países que tinham suas moedas com valores menores que o dólar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperava-se que depois de mais de duas décadas vivendo sob uma ditadura militar, a democracia trouxesse consigo a estabilização da economia e um novo tempo ao Brasil, porém esta mesma democracia, esbarrou em um sistema excessivamente ligado aos interesses particulares misturados a interesses políticos, principalmente no que tange a uma definição *sui generis* da forma como sua base econômica deveria se portar, dentre os maiores problemas, encontrava-se a conduta tortuosa do Banco Central do Brasil, que por sofrer com as constantes pressões políticas, acabava assumindo e amargando as perdas oriundas do não pagamento dos empréstimos efetuados, diga-se de passagem que a maioria deles eram derivadas de bancos públicos estaduais, que serviam como verdadeiras máquinas de fazer dinheiro, ou melhor dizendo, utilizavam-se do banco central, literalmente como máquina de fazer dinheiro, visando atender interesses particulares.

Sem sombras de dúvidas, a década de 1980 representou um dos maiores períodos de turbulência da história econômica do Brasil, desde o fracasso dos planos econômicos até o decreto da moratória, contudo, a riquíssima experiência adquirida com as falhas dos planos cruzados e Collor, sem dúvidas serviram como ferramentas essenciais para o aprendizado.

E foi de posse desta experiência que finalmente se chegou ao equilíbrio, no qual se definiu até onde o Estado poderia e deveria intervir na livre iniciativa. Como exemplo, temos a ação do congelamento compulsório dos preços, ocorrida principalmente no governo Sarney em que o Estado toma do mercado, o poder da livre negociação e auto regulação dos preços, ocasionando severas perdas por parte do comércio, que tem por consequência o desabastecimento, e o sumiço dos produtos das prateleiras.

Entretanto o oposto, não tem um cenário melhor, pois quando não há participação efetiva do Estado na economia, o vazio deixado por ele é preenchido de forma desorganizada, e têm por vetor interesses próprios, neste caso, os ajustes são feitos de forma totalmente aleatória, utilizando-se de qualquer prazo ou índice que seja interessante naquele momento, o que gera a disparidade nos preços médios e conseqüentemente alimenta a memória inflacionária.

Chegada a década de 1990, algumas turbulências, embora um pouco menores que as ocorridas na década de 1980, também abalaram a economia brasileira, com a expectativa da primeira eleição totalmente direta, também veio a esperança da estabilidade econômica, porém

ela seria abalada com a chegada de um candidato praticamente desconhecido, que afirmava ser possível derrubar a inflação com um único tiro e que eclipsou algumas das mais importantes figuras políticas daquele momento.

Pouco tempo depois, ficou evidente que não havia uma fórmula mágica, e que, nem mesmo uma bala de prata, poderia acabar com inflação, mas que, medidas austeras implantadas durante a calada da noite, podem sim, derrubar um presidente.

Passadas as turbulentas ondas da era Collor, assume o vice presidente, Itamar Franco, mineiro de coração, e com personalidade forte, ele vislumbrou nada menos que seis ministros da fazenda, até que, por acaso do destino, ou uma decisão bastante acertada, é chamado o até então ministro das relações exteriores, Fernando Henrique Cardoso, dotado de uma experiência ímpar, e com carta branca do presidente, conseguiu o novo ministro da fazenda organizar um time de especialistas que seriam responsáveis pelo mais bem elaborado plano de estabilização econômica do mundo, o real.

Sabia-se, através das ações dos planos anteriores que, sem profundos ajustes na econômica o plano estaria fadado ao fracasso, mesmo antes de ser implantado, então preliminarmente, foram estabelecidas ações que deveriam ser executadas antes do lançamento propriamente dito.

A primeira medida foi estabelecer um teto de gastos do governo federal para com os estados, com isso foi criado o PAI, que estabeleceu novas diretrizes dando maleabilidade ao governo para controlar o repasse de valores aos estados, forçando-os a ajustar suas contas.

Já a segunda e mais eficaz medida, foi a implantação da URV, que, agindo como um super indexador, conseguiu estabilizar os preços médios de forma magistral, garantindo que, a memória inflacionária não contaminasse a nova moeda.

Dentre os ganhos da URV, está o salário, pois finalmente o imposto inflacionário não conseguiria atingir os salários de forma tão contundente, quanto antes, todavia, neste ponto ainda não podemos falar sobre ganhos salariais, mas sim, a estabilização das perdas, visto que, com a estabilização da economia, os valores pagos em reais, estavam garantidos.

A terceira e última etapa do plano, se deu pelo seu lançamento propriamente dito, com certeza, a eficácia do plano real foi estupenda, e superou em muito as expectativas até mesmo do mais otimista dos brasileiros, pois conseguiu estabilizar os preços médios, sem lançar mão de medidas intervencionistas, ou seja, finalmente encontrou-se o equilíbrio, quase exato entre

Estado e a livre iniciativa, facultando ao mercado aderir ou não seu projeto, até a data de lançamento do real, o governo agiu principalmente na raiz do problema, quebrando o estigma das surpresas desagradáveis, além do mais, a completa transparência de suas ações, estabeleceram um elo de confiança entre o governo, o mercado e o povo, de modo que, apesar de utilizar-se de uma âncora monetária ligada ao dólar, o real conseguiu manter em sua essência a cara e o orgulho do Brasil.

Somente por esses fatores plano já poderia ser considerado um sucesso absoluto, contudo, o maior protagonista dessa história não fora a equipe econômica, ou o ministro da fazenda ou até mesmo o presidente da república, claro, sem desmerecer o seu trabalho de óbvia e suma importância, mas, utilizando-me das palavras do próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o povo brasileiro que acreditou que o plano e Brasil, poderiam dar certo, esses sim foram os grandes responsáveis pelo sucesso do plano.

## **SITES CONSULTADOS**

### **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

### **Biblioteca digital Fundação Getúlio Vargas - FGV**

<https://bibliotecadigital.fgv.br>

### **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

<https://ibge.gov.br>

### **Banco Central do Brasil**

<https://www.bcb.gov.br>

### **Palácio do Planalto**

[www2.planalto.gov.br](http://www2.planalto.gov.br)

### **Biblioteca Nacional**

<https://www.bn.gov.br/>

### **SCIELO - Scientific Electronic Library Online**

<http://www.scielo.br/>

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

**BRASIL**, Banco Central - Antônio Carlos Lemgruber, Banco Central do Brasil, Brasília 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 11)

Disponíveis em: [www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html](http://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html) - Acesso em 07/06/2019

**BRASIL**, Banco Central - Fernão Carlos Botelho Bracher, Banco Central do Brasil – Brasília 2019. (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 12).

Disponíveis em: [www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html](http://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html) - Acesso em 01/03/2018

**BRASIL**, Banco Central - Fernando Milliet de Oliveira, Banco Central do Brasil – Brasília 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 13)

Disponíveis em: [www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html](http://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html) - Acesso em 01/03/2018

**BRASIL**, Banco Central - Ibrahim Eris, Banco Central do Brasil – Brasília 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 16).

Disponíveis em: [www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html](http://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html) - Acesso em 07/06/2019

**BRASIL**, Banco Central - Pedro S. Malan, Banco Central do Brasil – Brasília 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 19).

Disponíveis em: [www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html](http://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html) - Acesso em 07/06/2019

**BRASIL**, Banco Central - Pérsio Arida, Banco Central do Brasil – Brasília 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 20)

Disponíveis em: [www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html](http://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html) - Acesso em 07/06/2019

**BRASIL**, Banco Central - Gustavo Loyola, Banco Central do Brasil – Brasília 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 21).

Disponíveis em: [www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html](http://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html) - Acesso em 01/03/2018

**BORGES**, Fernando Tadeu de Miranda, Economia brasileira Pedro Caldas Chadarevia. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

**BUENO**, Eduardo, Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção, Leya, Rio de Janeiro 2012

**CARDOSO**, Fernando Henrique - A arte da Política: a história que eu vivi, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2006

**CARVALHO**, Carlos Eduardo, O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? - ECONOMIA, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.283-331, jul./dez. 2003.

**CERQUEIRA**, Ceres Aires, Dívida Externa - 2.ed. Banco Central do Brasil, Brasília 2003.

**CENTRO DE ECONOMIA POLÍTICA** - Brazilian Journal of Political Economy, Plano Fernando Henrique Cardoso, Exposição de Motivos nº 395, de 7 de dezembro de 1993- Revista de economia Política, vol. 17, nº2 (54), abril-junho/94.

Disponível em: <http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=14&mes=2> - Acesso em 05/06/2019

**CONTO**, Neuto Fausto de - O Milagre Real, Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP), Florianópolis 2011

**CYSNE**, Rubens Penha e **COSTA**, Sérgio Gustavo Silveira da - Reflexos do Plano Real sobre o Sistema Bancário Brasileiro, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/931> - Acesso em 01/03/2018

**FILGUEIRAS**, Luiz. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

**FRANCO**, Gustavo Henrique Barroso - O Plano Real e outros ensaios, Rio de Janeiro 1995

**FÁBIO**, (GIAMBIAGI et al, 2011), Maurício Mesquita Moreira, A economia brasileira nos anos 90 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999. 488p.

**IANONI**, Marcus, Políticas Públicas E Estado: O Plano Real, Lua Nova, São Paulo, 2009 - Disponível em:

[https://docs.google.com/document/d/1AGlio86QxQCslqj\\_VoF2WaFwTJWKfFbme60Y7SVNztY/edit](https://docs.google.com/document/d/1AGlio86QxQCslqj_VoF2WaFwTJWKfFbme60Y7SVNztY/edit) - Acesso em 01/03/2018

**KANDIR**, Antônio, Brasil Real A construção da cidadania, da moeda e do desenvolvimento, Klick Editora, São Paulo 1994.

**LEITÃO**, Mirian, Saga Brasileira - A longa luta de um povo por sua moeda, Editora Record, São Paulo 2011.

**LOPES**, Francisco Lafaiete - Inflação inercial, hiperinflações e desinflação: notas e conjecturas-Revista de Economia Política, Vol. 5 N°2, abril-junho 1985.

**LOPES**, F. O choque heterodoxo. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.

**LOPES**, F. O desafio da hiperinflação: em busca da moeda real, Rio de Janeiro, Campus, 1989.

**NASSIF**, Luís - O cruzado - Por dentro do Choque, Livraria Cultura Editora, São Paulo 1986

**NETO**, Ricardo Borges Gama Plano Real, Privatização dos Bancos Estaduais e Reeleição, RBCS Vol. 26 n° 77 Outubro /2011.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092011000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300012) – Acesso em 01/03/2018

**PEREIRA**, Luiz Carlos Bresser - O governo Collor e a modernidade em tempos incertos - Novos Estudos CEBRAP n.29, março 1991: 3-9. In Maurício Dias David, org. Economia e Política da Crise Brasileira. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

**PEREIRA**, Luiz Carlos Bresser - A economia e a Política do Plano Real, Revista de Economia Política, vol. 14, nº 4 (56), outubro de 1994.

Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br> - Acesso em 07/06/2019

**PEREIRA**, Luiz Carlos Bresser - A Inflação Decifrada - Revista de Economia Contemporânea, 14 (1), janeiro 2010: 167-192. Uma versão anterior foi publicada na Revista de Economia Política em 1996 com o título "A inflação decifrada".

Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br> - Acesso em 01/03/2018

**PEREIRA**, Luiz Carlos Bresser - Estabilização em um ambiente adverso: a experiência brasileira de 1987 - Revista de Economia Política, 13 (4), 1993: 16-36. Published in English with the title "Brazil", in John Williamson, ed. (1993) The Political Economy of Policy Reform. Washington: Institute for International Economics.

Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br> - Acesso em 07/06/2019

**PEREIRA**, Luiz Carlos Bresser - A descoberta da inflação inercial - Texto para Discussão EESP/FGV 182, março 2009.

Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br> - Acesso em 01/02/2019

**PEREIRA**, Luiz Carlos Bresser - Os ricos nunca gostaram e temem a democracia - Luiz Carlos Bresser-Pereira entrevistado por Leandro Fontoura Zero Hora, de Porto Alegre, 25.4.2015. Entrevista a Leandro Fontoura.

Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br> - Acesso em 01/03/2019

**PEREIRA**, Luiz Carlos. Revista Conjuntura Econômica, fevereiro de 1993: 52-54. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1993/93-HeterodoxiaOrtodoxia-PlanoBresser.pdf>

**PINHO**, D.B.; **VASCONCELOS**, M. (orgs) Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 2004.

**PIO**, Carlos - A ESTABILIZAÇÃO HETERODOXA NO BRASIL: ideias e redes políticas - Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo Junho 2001-

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092001000200002#nota](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000200002#nota) – Acesso em 12/01/2019

**PRAÇA**, Sergio, Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008, Escola de Economia Fundação Getúlio Vargas, OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.137-162.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v17n1/v17n01a05.pdf> - Acesso em 13/06/2019

**RESENDE**, André Lara, A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial - Revista de economia Política, vol. 5, Nº 2, abril-junho, Rio de Janeiro 1985.

**ROCHA**, Sonia, Renda e Pobreza: Os Impactos do Plano Real, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro 1998. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3628](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3628) 122 - Acesso em 06/03/2019

**SIMONSEN**, Mario Henrique - Aspectos Técnicos do Plano Collor, Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro 1991.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/483/7586> - Acesso em 07/06/2019

**SIMONSEN**, Mario Henrique - Inércia Inflacionaria E Inflação Inercial, FGV EPGE - Ensaios Econômicos, Rio de Janeiro 1988.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/529> - Acesso em 01/03/2018

**SIMONSEN**, Mario Henrique – A Dinâmica da Inflação, FGV EPGE - Ensaios Econômicos, Rio de Janeiro 1988.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/581> - Acesso em 01/04/2019

**SIMONSEN**, Mario Henrique - Poupança E Crescimento Econômico - O Caso Brasileiro, Rio de Janeiro 1988.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/581> - Acesso em 01/04/2019

**SOUSA**, Rainer Gonçalves. "José Sarney"; Brasil Escola. Disponível em:  
<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/jose-sarney.htm>. – Acesso em 05/03/2019